



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLOGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA
CAMPUS JARAGUÁ DO SUL
CURSO TÉCNICO EM QUÍMICA (MODALIDADE
INTEGRADO)

ALINE CRISTINA PELLIS
ARTHUR DELMIRO LOURENÇO
CAROLINA HELENA KRIESER
GABRIELLE SILVATTI
GABRIELLI BILCK
NAYANE CRISTINA DEUCHER

**ACESSIBILIDADE INFRAESTRUTURAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
FÍSICA EM ESCOLAS PÚBLICAS DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO DE
GUARAMIRIM**

Jaraguá do Sul/SC

2017

ALINE CRISTINA PELLIS
ARTHUR DELMIRO LOURENÇO
CAROLINA HELENA KRIESER
GABRIELLE SILVATTI
GABRIELLI BILCK
NAYANE CRISTINA DEUCHER

**ACESSIBILIDADE INFRAESTRUTURAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
FÍSICA EM ESCOLAS PÚBLICAS DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO DE
GUARAMIRIM**

Relatório de pesquisa desenvolvido no eixo formativo diversificado “Conectando os Saberes” do curso Técnico em Química (Modalidade Integrado) do Instituto Federal de Santa Catarina – Campus Jaraguá do Sul.

Orientadora: Dra. Veridiane Pinto Ribeiro

Coordenador: Júlio Eduardo Bortolini

Jaraguá do Sul/SC

2017

AGRADECIMENTOS

Gostaríamos primeiramente, de agradecer a Deus, pois foi nele que encontramos força e perseverança nos momentos difíceis. A nossos pais e amigos que nos apoiaram, incentivaram e que estiveram sempre dispostos a nos ajudar em qualquer situação. Aos participantes desta pesquisa, que colaboraram e contribuíram para a construção da mesma. Ao Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) – Campus Jaraguá do Sul – Centro, que nos proporcionou a chance de desenvolvermos uma pesquisa e nos deu suporte para crescermos enquanto pesquisadores. Aos membros da banca, pelo aceite em participar e contribuir com suas considerações. Em especial, a nossa querida orientadora Dra. Veridiane Pinto Ribeiro, que sempre nos incentivou, ensinou e acreditou em nossa pesquisa, nos proporcionando um novo e otimista olhar quanto ao Conectando os Saberes.

RESUMO

Com o tema “Acessibilidade Infraestrutural para Pessoas com Deficiência Física em Escolas Públicas de Ensino Fundamental e Médio de Guaramirim”, a presente pesquisa tomou por objetivo analisar as diferentes dificuldades enfrentadas por alunos que possuem deficiência física, com relação à acessibilidade, participação e convivência nas instituições que frequentam. Para tal, foram aplicadas entrevistas semiestruturadas com gestores e segundos professores das instituições visitadas, bem como, com os alunos deficientes físicos. Para os segundos professores e os alunos foram aplicados também questionários para que pudéssemos ter ciência do conhecimento dos mesmos com relação à acessibilidade. A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) serviu como importante embasamento à pesquisa, pois a partir dela, pode-se desenvolver questionários e entrevistas, bem como analisar os resultados obtidos. É preciso reconhecer as necessidades e dificuldades enfrentadas pelas pessoas que possuem algum tipo de deficiência física e que acabam por perder, total ou parcialmente sua autonomia, principalmente em lugares públicos comumente frequentados por nós. Diante disso e dos resultados obtidos pelas entrevistas e questionários, pudemos perceber que as escolas pesquisadas não estão devidamente preparadas nos aspectos físicos, de acordo com as normas da ABNT, para receberem alunos com deficiência física, não podendo, em muitos casos, acolher nem mesmo os alunos que as frequentam atualmente, tornando a inclusão dos mesmos mais distante, já que todos têm iguais direitos ao acesso a todas as dependências comuns da escola.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 PROBLEMA, HIPÓTESES, OBJETIVOS E JUSTIFICATIVA	7
2.1 Problema.....	7
2.3. Objetivo geral.....	8
2.3.1 Objetivos Específicos.....	8
2.4 Justificativa.....	9
3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	10
3.1 Deficiência Física.....	10
3.2 Acessibilidade.....	10
3.2.1 Tecnologias Assistivas.....	11
3.2.2 Barreiras Arquitetônicas.....	11
3.3 Inclusão.....	12
3.3.1 Inclusão na Escola.....	13
3.4 A atuação do segundo professor na educação inclusiva.....	14
3.5 Legislação.	15
3.5.1 Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.....	16
3.5.2 Do Direito à Educação.....	18
3.5.3 ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas).....	19
4. METODOLOGIA	21
4.1 Procedimento da coleta de dados.....	21
4.2.1 Escolas estaduais central e afastada.....	22
4.2.2 Escolas municipais central e afastada.....	23
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO	24
5.1 Escolas estaduais central e afastada.....	24
5.1.1 Resultados das entrevistas com os gestores nas escolas estaduais.....	24
5.1.1.1 Estadual central “1”	24
5.1.1.2 Estadual central “2”	25
5.1.1.3 Estadual afastada.....	27
5.1.2 Resultado dos questionários com segundos professores.....	28
5.1.3 Resultados dos questionários com alunos deficientes físicos.....	29

5.1.4 Resultados das observações infraestruturais com base nas normas da ABNT nas escolas estaduais.....	30
5.1.4.1 Escola central “1”	30
5.1.4.2 Escola central “2”.....	38
5.1.4.3 Escola afastada.....	47
5.2 Municipais central e afastada.....	54
5.2.1 Resultados das entrevistas com os gestores nas escolas municipais.....	54
5.2.1.1 Escola Central.....	54
5.2.1.2 Escolas afastada.....	55
5.2.1.3 Contribuições do Atendimento Educação Especializado (AEE).....	56
5.2.2 Resultados dos questionários com segundos professores.....	57
5.2.3 Resultados dos questionários com os alunos com deficiência física.....	57
5.2.4 Resultados das observações infraestruturais com base nas normas da ABNT.....	58
5.2.4.1 Escola central.....	58
5.2.4.2 Escola afastada.....	64
5.3 Análise Geral das Escolas Pesquisadas à Luz das Normas da ABNT.....	70
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	77
7 REFERÊNCIAS.....	83
8 ANEXOS.....	87
8.1 Carta de solicitação de documentos para pesquisa.....	87
8.2 Autorização para a pesquisa emitida pela Secretaria Municipal de Educação.....	88
8.3 Autorização para a pesquisa emitida pela Secretaria Estadual de Educação.....	89
9 APÊNDICES.....	90
9.1 Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE).....	90
9.2 Questionário infraestrutural.....	92
9.3 Questionários.....	96
9.3.1 Aluno deficiente físico.....	96
9.3.2 Segundo professor.....	99
9.4 Roteiro de entrevista com o gestor.....	101

1 INTRODUÇÃO

A acessibilidade é um assunto discutido no cotidiano, gerando por vezes a pouca mestria no assunto e a opinião voltada para o senso comum. Por estar muitas vezes distante de nós, o acompanhamento diário de pessoas com dificuldades físicas, não nos faz muito visível a compreensão das necessidades e qualidade de vida dos mesmos.

Diante desta realidade, o grupo optou em realizar um projeto que confronta o conhecimento de pessoas presentes em um ambiente comum a muitos: o ambiente escolar. Buscamos analisar também a estrutura deste local. O presente trabalho refere-se a uma análise baseada na ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), baseando-se também na legislação vigente acerca do assunto “deficiência física”.

Definimos então, analisar as dificuldades enfrentadas pelas pessoas com algum tipo de deficiência física no âmbito escolar (estrutura física) e concluímos que o resultado desta pesquisa pode colaborar com uma percepção, reflexão e conhecimento maior acerca do assunto “deficiência física nas escolas”.

2 PROBLEMA, HIPÓTESES, OBJETIVOS E JUSTIFICATIVA

2.1 Problema

A acessibilidade para pessoas com deficiência física é viabilizada através de investimentos em tecnologias assistivas¹ e a eliminação de barreiras arquitetônicas. O espaço escolar pode ser acessado por toda a comunidade, inclusive, por pessoas da própria comunidade com algum tipo de deficiência. Este acesso é um direito de todos, e o poder público deve investir para garanti-lo.

Desta forma, é necessário que a escola, sendo um espaço público e comum a muitas pessoas, seja acessível para todos. Portanto, a questão problema para este assunto é: Será que escolas públicas de Guaramirim, que possam ser investigadas,

¹ Tecnologias assistivas: uma ampla gama de equipamentos, serviços, estratégias e práticas concebidas e aplicadas para minorar os problemas encontrados pelos indivíduos com deficiências.

possuem infraestrutura adequada para receber alunos com algum tipo de deficiência física?

2.2 Hipóteses

1. Existem leis que regulamentam a acessibilidade em espaços públicos, mas que na prática não são aplicadas;
2. As escolas públicas são obrigadas a se adequar à infraestrutura requerida, mas não recebem verba exclusiva para se adequar às necessidades estruturais para deficientes físicos;
3. Os gestores não têm conhecimento acerca da lei e dos equipamentos necessários;
4. A escola não tem conhecimento da demanda crescente e não espera que um aluno deficiente físico se matricule na instituição;
5. A entrada da escola não facilita a chegada do aluno à instituição.

2.3. Objetivo geral

Analisar as dificuldades enfrentadas pelas pessoas com algum tipo de deficiência física no âmbito escolar (estrutura física).

2.3.1 Objetivos Específicos

- Investigar as condições de acesso desses alunos às tecnologias e ao acesso a todos os espaços comuns da escola;
- Analisar o conhecimento do gestor quanto a deficiência física na instituição que ele administra;
- Descrever problemas quanto a acessibilidade do deficiente físico a esta instituição de ensino;
- Identificar e constatar o aumento da demanda de alunos deficientes físicos e constatar o conhecimento do gestor acerca deste aumento.

2.4 Justificativa

Cotidianamente somos cercados por desafios, desejos e emoções, metas a serem cumpridas e realidades a serem conquistadas. Toda e qualquer pessoa tem o direito à independência, liberdade e autonomia próprias. Hoje, vivemos em um mundo moderno, tecnológico, sempre conectado e mais livre, mas, mesmo diante de todas essas proezas conquistadas por nós ao longo do tempo, há pessoas que sequer conseguiram sua autonomia perante o próprio corpo em vários lugares comumente frequentados pela maioria das pessoas. Diante dessas observações, é preciso reconhecer as necessidades e dificuldades sofridas pelas pessoas que possuem algum tipo de deficiência física e que acabam por perder, total ou parcialmente sua autonomia de acesso a espaços públicos e privados.

Muitas das mudanças no olhar da nossa sociedade frente ao direito de igualdade à acessibilidade se deram por força de lei. Determinações legais como a Lei Acessibilidade, nº 10.098/00, impulsionaram muitas ações que têm levado à garantia deste direito, mas conforme necessidade, sofreu alterações pela Lei nº 13.146, de 2015, definindo-se por acessibilidade:

Possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Tal determinação nos leva a questionar o alcance de seu cumprimento, motivando-nos à investigação de sua aplicabilidade e visibilidade em espaços públicos, sobretudo nos espaços escolares. Nesse sentido, questiona-se em que medida as instituições públicas de ensino da cidade de Guaramirim têm adequado sua infraestrutura para receber pessoas com mobilidade reduzida. Investigar estas escolas faz-se importante, tanto para um diagnóstico da atual situação, quanto para estabelecer propostas de adequação à legislação acerca da acessibilidade.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 Deficiência Física

Em geral, a deficiência física é uma complicação que impede a mobilidade da pessoa que sofreu algum acidente, teve má formação ou lesões neurológicas e neuromusculares. Em alguns casos, as consequências podem afetar a mobilidade, bem como a fala e membros do corpo. Para isto, define-se por deficiência física:

Alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções. (BRASIL, 2004)

O aprendizado de uma criança com algum tipo de deficiência, na maioria das vezes é mais lento, pois compromete sua coordenação motora, ocasionando dificuldades de leitura e escrita. Toda pessoa com algum tipo de deficiência tem direito à educação de qualidade, para desenvolver novas habilidades e talentos físicos. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade, assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação. É garantido à pessoa com deficiência acesso a produtos, recursos, estratégias, práticas, processos, métodos e serviços de tecnologia assistiva que maximizem sua autonomia, mobilidade pessoal e qualidade de vida (BRASIL, 2015).

3.2 Acessibilidade

O termo acessibilidade tem amplas definições, contudo, pode-se afirmar que:

é um direito humano, e não podemos dissociar dois conceitos, fundamentais: a acessibilidade e a inclusão. A FCEE (Fundação Catarinense de Educação Especial) acredita que a acessibilidade e inclusão da pessoa deficiente requer um conjunto de ações individuais e coletivas e, dentre estas, a acessibilidade, que ocupa papel preponderante na promoção da igualdade social (BENEVENUTTI, 2013, adaptado).

Podemos afirmar então que a acessibilidade engloba todo espaço público, especialmente no âmbito escolar para que assim o aluno possa ter independência na escola, no acesso e utilização de todos os espaços e tecnologias, seja por meio de rampas, portas, elevadores, professores específicos, tecnologias assistivas e outros recursos técnico-pedagógicos para melhor qualidade de vida do aluno com mobilidade reduzida no âmbito escolar.

3.2.1 Tecnologias Assistivas

O termo “tecnologia assistiva” define uma ampla gama de equipamentos, serviços, estratégias e práticas concebidas e aplicadas para minorar os problemas encontrados pelos indivíduos com deficiências (COOK e HUSSEY, 1995 *apud* BERSH, 2008). Portanto, pode-se definir também como:

Uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social.

As tecnologias assistivas dividem-se entre recursos e serviços:

os recursos são todo e qualquer item, equipamento ou parte dele, produto ou sistema fabricado em série ou sob medida utilizado para aumentar, manter ou melhorar as capacidades funcionais das pessoas com deficiência, os serviços, são definidos como aqueles que auxiliam diretamente uma pessoa com deficiência a selecionar, comprar ou usar os recursos, o acesso a serviços como fisioterapia, terapia ocupacional, fonoaudiologia, enfermagem, etc. (SARTORETTO, BERSCH, 2017).

3.2.2 Barreiras Arquitetônicas

Como citado anteriormente, a eliminação de barreiras arquitetônicas é importante para a autonomia na escola, e inclusive no acesso até a mesma, fazendo necessário não só dentro da escola, mas também o ambiente entorno, principalmente nas calçadas, para que estas estejam em condições para a movimentação do deficiente físico.

De forma geral, delimita-se barreiras arquitetônicas:

Eliminação de desníveis, sinalização tátil de piso, rampas de acesso ou elevadores, instalação de corrimão e guarda-corpo em escadas e rampas,

vagas para estacionamento específicas, adequação de mobiliários, portas e sanitários, aquisição de cadeiras de rodas (CASTRO, 2004).

3.3 Inclusão

Pessoas com limitações físicas sofreram diversos tipos de discriminação ao longo do tempo, tanto pela igreja, quanto pelas demais pessoas em seu convívio. É o que ressalta Aranha:

De início a deficiência foi considerada um fenômeno metafísico, determinado pela possessão demoníaca ou pela escolha divina da pessoa para purgação dos pecados de seus semelhantes. Séculos da Inquisição católica e, posteriormente, da rigidez moral e ética da Reforma Protestante, contribuíram para que as pessoas com deficiência fossem tratadas como a personificação do mal, portanto, passíveis de castigos, torturas e mesmo de morte (ARANHA, 2004).

A partir da Revolução Industrial, iniciada no século XVIII, houve uma grande melhora nas condições de vida para deficientes. Segundo Fonseca (2000) *apud* TOLFO (2009), o trabalho, muitas vezes em condições precárias, começou a ocasionar acidentes mutiladores e também doenças profissionais. Assim tornou-se necessário a criação do Direito de Trabalho e de um sistema de seguridade social mais eficiente.

Visto que as pessoas que possuíam alguma deficiência sofriam de exclusão da sociedade até o século XVIII, grande parte por conta da religião, sendo maltratadas por não ter a perfeição sendo “A imagem e semelhança com Deus” só com o passar dos anos foi se desenvolvendo um novo conceito de inclusão social, onde:

No século XIX finalmente percebe-se uma grande mudança para os indivíduos com deficiência. Surge uma atenção especializada e não só institucional como os hospitais e abrigos. Começam os estudos para os problemas de cada deficiência (FONSECA, 2000 *apud* FERNANDES, *et al* 2011).

Já segundo Serra, a definição de inclusão, com mais abrangência, significa:

A inclusão num sentido mais amplo significa o direito ao exercício da cidadania, sendo a inclusão escolar apenas uma pequena parcela do processo que precisamos percorrer (SERRA, 2008, pg. 32).

Assim o conceito de inclusão não deve ser inflexível, mas deve ter um conjunto de opções que a situação exija, permitindo que ele nasça com o fim de

inserir as crianças e adolescentes com Necessidades Educativas Especiais (NEE) em escolas regulares.

3.3.1 Inclusão na Escola

O ambiente escolar é um espaço comum a todos, em grande parte da vida e por isso é de extrema importância que haja aceitação por parte de todos os indivíduos que nela convivem, assim entendemos por inclusão:

A inserção do aluno com NEE na classe regular, onde, sempre que possível, deve receber todos os serviços educativos adequados, contando-se, para esse fim, com um apoio adequado (e. g., de outros técnicos, pais, etc.) às suas características e necessidades (CORREIA, 1994). Estes serviços educativos, tantas vezes especializados (educação especial) devem ser complementados com tarefas que envolvam uma participação comunitária que possibilite ao aluno o desenvolvimento de aptidões inerentes ao quotidiano de cada um (e. g., lazer, emprego, ajustamento social, independência pessoal, etc.) (CORREIA, 2003).

O educador precisa trabalhar com necessidades individuais de cada aluno, e ele esteja apto para a função como confirma Serra (2008) que:

Considera necessárias pesquisas que tratam da definição do perfil profissiográfico do educador especial, pois é essencial que o aluno com necessidades especiais seja acompanhado, no seu processo ensino-aprendizagem, por professores devidamente preparados tanto no aspecto pedagógico quanto no aspecto psicológico / emocional.

O educador exerce um papel crucial na vida do aluno com necessidades educativas especiais (NEE), pois é no ambiente escolar que ele vai ter o contato direto com a inclusão, como afirma Pereira, 2008:

No Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases em 1996, refere-se sobre estar “preferencialmente” incluída, mas também haverá quando necessários serviços de apoio especializado na escola regular para atender as peculiaridades e que o atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que em função de condições específicas do aluno não for possível integração nas classes comuns do ensino regular (PEREIRA, 2008).

Para que o processo de inclusão seja completo e abranja todo e qualquer indivíduo, é necessário que haja uma mudança no sistema de ensino, como afirma Pereira:

Concluímos que para processo de inclusão escolar é preciso que haja uma transformação no sistema de ensino que vem beneficiar toda e qualquer

pessoa, levando em conta a especificidade do sujeito e não mais as suas deficiências e limitações (PEREIRA, 2008).

3.3.2 Inclusão para Deficientes Físicos

Visto que a inclusão se define por meio de cada situação em particular, é possível observar muitas dificuldades em relação ao meio de inclusão, sendo uma delas indicada por Serra:

É possível observar dificuldades por parte dos professores e das equipes pedagógicas e administrativas não só no que se refere a aceitação e a forma da compreensão dos fenômenos de comportamentos manifestos pelas crianças especiais, como também na falta de infraestrutura material e de pessoal qualificado para orientação e supervisão adequadas (SERRA, 2008).

A inclusão para deficientes físicos vai muito além das barreiras arquitetônicas, pois para que haja uma total inclusão no meio escolar, é preciso incluir também as tecnologias assistivas, como o que afirma Costa (2003):

Ao entrar em um ambiente devidamente preparado para receber cadeirantes, logo procuramos por uma rampa. Mas incluir pessoas com deficiências físicas e/ou limitações motoras vai muito além disso, especialmente na escola, como aponta a cartilha do Ministério da Educação (MEC) que trata das deficiências físicas: “a criança com deficiência física não pode estar em um mundo a parte para desenvolver habilidades motoras. É preciso que ela receba os benefícios tecnológicos e de reabilitação em constante interação com o ambiente ao qual ela pertence”.

É possível observar que cada vez mais o sistema de educação tem se adequado às necessidades dos alunos, um exemplo é a paralisia cerebral que requer a ajuda de um segundo professor. Também é preciso lembrar que é dever da escola, independentemente de suas condições, não excluir nenhum aluno, já que a educação é um direito de todos.

3.4 A atuação do segundo professor na educação inclusiva

Durante o processo de inclusão do aluno deficiente físico no ambiente escolar, torna-se importante o trabalho do segundo professor, juntamente com o pedagogo para adaptar o aluno em sala de aula, transferindo conhecimentos de forma que o mesmo possa entender (GONÇALVES, 2015). Dessa maneira, o

segundo professor faz um trabalho de adaptação do aluno à sociedade e ao meio escolar. Além disso, o trabalho do segundo professor se expande, sendo que ele auxilia toda a turma quando necessário (GUEDES, 2014), o que amplia cada vez mais o processo de inclusão e possibilita a equidade entre os alunos.

Quando discutimos sobre a atuação do segundo professor e do educador especial dentro da escola, é preciso esclarecer a diferença na atuação de ambos os profissionais. Enquanto o educador especial precisa de uma formação específica para a área, o segundo professor apenas trabalha como auxiliar de aprendizagem do aluno em sala de aula, tendo a qualificação necessária para atender às necessidades do mesmo (GONÇALVES; *et al*, 2015).

De acordo com a Lei nº 9 394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, no Art. 4º, III, todo aluno com algum tipo de deficiência tem o direito de receber atendimento educacional especializado. De acordo com Joyce Carvalho (2008), “deficiência não é sinônimo de ineficiência” (CARVALHO, 2008). A falta de um professor para acompanhar exclusivamente um aluno, pode acarretar mais dificuldades de aprendizado, tratada como ineficiência da parte do aluno no ponto de vista, até mesmo, de colegas de classe.

Hoje em dia é difícil perceber a presença de um segundo professor nas escolas para todos os alunos, mesmo não tendo uma redução de mobilidade caracterizada como avançada, já que a maioria delas apenas possui o profissional para um aluno com um tipo de deficiência que torna sua presença absolutamente necessária, algo que não deveria acontecer, já que o segundo professor é um direito de todos os alunos deficientes.

3.5 Legislação

Toda e qualquer pessoa merece ser tratada como um cidadão, sem que haja exclusão da mesma por parte de outras pessoas presentes em seu convívio. Acessibilidade é também respeito pelas pessoas que possuem algum tipo de necessidade especial, tornando-as cidadãos comuns, com acesso aos mesmos bens e serviços disponíveis a todos. Pessoas com necessidades especiais têm os

mesmos direitos que os demais cidadãos, e é dever de todos respeitá-los, pois isso mesmo está na lei, que deve ser cumprida. Segundo Buriti (2009):

Constitucionalmente, a todos os cidadãos brasileiros é assegurado o direito de ir e vir. Entretanto, basta olharmos para o lado e, sem dificuldades, observaremos que há uma grande distância entre o texto da nossa constituição e a realidade. Muitos são os que, privados desse direito, não conseguem exercer um direito elementar: o direito de cidadania (BURITI, 2009).

Quem possui algum tipo de necessidade especial tem direito ao acesso às escolas, universidades, mercado de trabalho e demais espaços comuns e por isso, também cabe ao Estado providenciar métodos de inclusão desses cidadãos na sociedade. Para isso, o Congresso Nacional aprovou uma lei que protege as pessoas com necessidades especiais. São aqui citadas partes dessa lei, na qual encontramos relações com a deficiência física e as instituições de ensino para as pessoas com necessidades especiais, a chamada Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, que se explica abaixo:

3.5.1 Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.

Segundo a Lei acima citada, Art. 2º, considera-se deficiência física:

Impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015).

Sendo assim, a avaliação da deficiência, quando necessária, será de forma que sejam estudadas as causas da deficiência, levando em conta fatores biológicos, psicológicos e sociais, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar e considerará: os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo; os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais; a limitação no desempenho de atividades; e a restrição de participação. Para aplicação desta lei, é considerado como acessibilidade, segundo o Art. 3º, da mesma:

Inciso I - acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações

abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2015).

Considera-se também por tecnologia assistiva ou ajuda técnica, equipamentos, produtos, dispositivos, metodologias, bem como práticas e estratégias, recursos do gênero, que tenham por objetivo tornar funcional, em relação à participação da pessoa com mobilidade reduzida, sempre visando torná-la mais independente, e lhe proporcionando mais qualidade de vida e inclusão na sociedade. (BRASIL, Art. 3º, inciso III, 2015).

Considera-se por barreiras tudo aquilo que impeça a pessoa com mobilidade reduzida de se relacionar com as demais pessoas que a rodeiam e o ambiente em que vive. Barreiras, além de serem qualquer obstáculo ou entrave, são os comportamentos das pessoas que convivem com quem tem esse tipo de limitação física, como determinadas atitudes e comportamentos, impedindo a pessoa com mobilidade reduzida de ser participativa socialmente, bem como dificultando a busca da mesma por seus direitos à acessibilidade, liberdade de expressão, segurança, entre outras barreiras, que por sua vez são classificadas em:

Barreiras urbanísticas: as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo; barreiras arquitetônicas: as existentes nos edifícios públicos e privados; barreiras nos transportes: as existentes nos sistemas e meios de transportes; barreiras nas comunicações e na informação: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação; barreiras atitudinais: atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas; barreiras tecnológicas: as que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias (BRASIL, Art. 3º, inciso IV, 2015)

É notável que o deficiente físico tenha total direito a todos os recursos que os demais cidadãos têm, com autonomia, que é importantíssima no que diz respeito a mobilidade reduzida.

Já a pessoa com mobilidade reduzida é aquela que tem, por qualquer que seja o motivo, dificuldade de se movimentar, temporária ou permanentemente, gerando uma redução de sua mobilidade, flexibilidade, percepção, coordenação

motora, as quais são inclusas pessoas como idosos, gestantes, lactante, obesos ou pessoas com criança de colo (Art. 3º IX).

Ainda segundo o Art. 3º (XIII) desta mesma Lei, considera-se profissional de apoio escolar:

Pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas (BRASIL, 2015).

De acordo com o Art. 4º, todas as pessoas com deficiência têm direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas, sem que esta sofra algum tipo de discriminação. Para isso, considera-se discriminação:

Toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas (BRASIL, 2015).

Portanto, o deficiente físico é protegido por lei quanto a qualquer tipo de discriminação.

3.5.2 Do Direito à Educação

De acordo com o Art. 27 desta mesma lei, a educação é um direito da pessoa com deficiência, com sistema educacional inclusivo em todos os níveis de aprendizagem ao longo de toda a vida, procurando alcançar o máximo desenvolvimento de suas habilidades e talentos, interesses e necessidades de aprendizagem. Portanto “é dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação” (BRASIL, 2015).

Segundo o Art. 28, Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar: sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida; aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de

recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena; projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia; pesquisas voltadas para o desenvolvimento de novos métodos e técnicas pedagógicas, de materiais didáticos, de equipamentos e de recursos de tecnologia assistiva; acesso da pessoa com deficiência, em igualdade de condições, a jogos e a atividades recreativas, esportivas e de lazer, no sistema escolar; oferta de profissionais de apoio escolar.

Percebemos que existem leis acerca do assunto, mas que elas não se aplicam em situações diversas já que quase não há autonomia para quem possui alguma deficiência física. Leudo Buriti (2009) pondera sobre isso:

O que nos falta? Conhecimento ou vontade política? Uma coisa é certa, não podemos nos acomodar e deixar de exigir aquilo que é amparado por lei e resultado de uma luta. O erro maior está no fato de situações desrespeitosas serem vistas como algo comum, rotineiro e sem relevância. A inquietude é necessária. É ela que mobiliza (BURITI, 2009.)

Diante de tudo acima citado, percebe-se que temos, de fato, leis que visam incluir as pessoas que possuem algum tipo de deficiência física nos ambientes comuns a todos, proporcionando para as mesmas, disponibilidade de acesso a esses espaços, bem como reconhecimento de suas necessidades.

3.5.2 ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas)

Por ser um ambiente educativo, a escola requer condições que possibilitem a participação de todos os alunos que nela frequentam, sendo inclusiva e participativa. Para assegurar estas condições, é essencial que os profissionais que nela trabalham garantam este direito a todo e qualquer aluno, acolhendo as diferenças e encurtando a distância do que chamamos de inclusão, para que esta torne-se uma realidade constante em todas as escolas. Para isto, a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) reconhece que é essencial que normas sejam atribuídas, reconhecendo todas as diferenças e viabilizando o acesso de todos a quaisquer

dependências e atividades das escolas. A inclusão escolar manifesta resultados nos alunos, não se tratando apenas de questões pedagógicas, mas de aspectos físicos e operacionais relacionados aos mesmos.

A inclusão escolar condena toda forma de exclusão, e para isso, é essencial que determinados pontos que levam as pessoas a serem excluídas, sejam abandonados. Barreira é tudo aquilo que impeça a pessoa com deficiência de se relacionar com as pessoas e com o mundo a sua volta, e um exemplo muito claro disso nas escolas são as barreiras arquitetônicas ou físicas. Elas são elementos naturais ou físicos que dificultam ou impedem que a pessoa com deficiência tenha autonomia em determinados espaços e por isso, devem ser diminuídas ao máximo, ou mesmo, excluídas, para dar total independência a esta. Nas escolas, é muito comum que existam barreiras físicas, quando a mesma não é bem planejada ou construída, um problema sério. A inclusão da pessoa com deficiência no meio escolar se dá, também, pelo acesso da mesma a todos os espaços da escola, com autonomia, favorecendo inclusive, o processo de aprendizagem.

Dessa forma, podemos conceituar barreiras como qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento, a circulação com segurança e a possibilidade de as pessoas se comunicarem ou terem acesso à informação (BRASIL, 2004, p. 61).

Além das barreiras físicas, cabe lembrar que acessibilidade é também saber se orientar, se situar no espaço, compreendendo o que acontece a sua volta, tendo a possibilidade de se deslocar por qualquer ambiente da escola. As Leis 10.048 e 10.098, ambas de 2000, garantem a participação plena e efetiva da pessoa com deficiência na sociedade, inclusive pela eliminação de barreiras.

É essencial que a escola se adeque às necessidades das pessoas, pois deve ser um lugar onde todos são incluídos, sem exceções, favorecendo a participação plena e efetiva de quem possui alguma deficiência. Lugares como salas de aula, refeitório, banheiros ou mesmo corredores devem estar acessíveis, seguindo as normas propostas pela ABNT, para que toda e qualquer pessoa, principalmente alunos, possa ter total autonomia desde o portão da escola até sua sala de aula e demais espaços comuns da instituição.

Embora saibamos que nem todos os lugares têm se adequando às normas, sabemos que novas situações trazem novos desafios quando se trata de inclusão, porém, ideias devem ser pensadas e implementadas fazendo de nossas escolas cada vez mais inclusivas e inovadoras.

4. METODOLOGIA

4.1 Procedimentos da coleta de dados

No período de janeiro e fevereiro de 2017, fizemos um estudo detalhado e minucioso das normas da ABNT e de artigos com o tema relacionado à acessibilidade, isso nos possibilitou ter um maior conhecimento e aprofundamento do assunto. O estudo desses materiais nos capacitou para desenvolvermos conhecimento e indagações dando suporte para a coleta de dados. Posteriormente entramos em contato com a Secretaria de educação de Guaramirim e com a Gerência Regional de Educação para apresentar nosso projeto e solicitar a autorização dos mesmos para a entrada nas escolas. Todas as escolas participantes da pesquisa receberam um termo de consentimento, no qual contém as informações da pesquisa, seu propósito e a função que o entrevistado exerce neste contexto.

A primeira etapa da coleta de dados, aconteceu através de entrevistas com o gestor, aluno e o segundo professor, com o auxílio de um questionário semiestruturado, tendo somente a entrevista do gestor gravada em forma de áudio. A segunda etapa foi realizada com auxílio de medições e imagens dos espaços comuns da escola, mas havendo empecilhos, pois nem todas as escolas permitiram a realização dessas ações. Nesta etapa elaboramos um questionário infraestrutural, que abrange informações da estrutura das escolas, sendo de extrema importância, e nos auxiliando nas análises. Em seguida, iniciamos o processo de transcrição das entrevistas e a tabulação dos dados. Neste processo, para preservar a identidade das escolas participantes, seus nomes foram modificados.

O projeto abordou dois tipos de pesquisa, tendo como principal objetivo analisar os resultados obtidos de forma qualitativa e quantitativa, unindo-os em um só. Segundo Denise Tolfo (2009, p.33) temos por definição:

Diferentemente da pesquisa qualitativa, os resultados da pesquisa quantitativa podem ser quantificados. Como as amostras geralmente são grandes e consideradas representativas da população, os resultados são tomados como se constituíssem um retrato real de toda a população alvo da pesquisa. A pesquisa quantitativa se centra na objetividade. Influenciada pelo positivismo, considera que a realidade só pode ser compreendida com base na análise de dados brutos, recolhidos com o auxílio de instrumentos padronizados e neutros. A pesquisa quantitativa recorre à linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis, etc. A utilização conjunta da pesquisa qualitativa e quantitativa permite recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente.

Na análise dos dados, descreveremos os dados obtidos através de textos explicativos e comparativos, contendo todas as informações quali-quantitativas obtidas por meio das entrevistas e questionários. A análise foi feita com base nas normas da ABNT, fazendo um cruzamento entre as respostas dos questionários dos gestores, aluno e segundo professor com o questionário infraestrutural. Para averiguar se as respostas obtidas nos questionários condizem com a atual situação das escolas, foi realizada uma comparação entre escolas estaduais e municipais.

4.2.1 Escolas estaduais central e afastada

Entramos em contato com a Secretaria de Educação para averiguar quais eram as escolas estaduais de Guaramirim, mas diante da dificuldade de colaboração da mesma para fornecer os dados, contamos com o apoio de um gestor que forneceu as informações que necessitamos. A partir do retorno que nos foi enviado, o primeiro passo foi ligar para todas as escolas, explicando nosso projeto de pesquisa e nos colocando à disposição para responder quaisquer dúvidas que viessem a ocorrer, assim obtendo as informações relacionadas às escolas que estariam dispostas a nos receber e quais possuíam alunos com deficiência física. O critério para escolha das escolas, foi selecionar as que tinham alunos com deficiência física, e com isso, notamos que das cinco escolas estaduais de Guaramirim, apenas duas possuíam. Para amadurecimento de nossos questionários optamos em realizar um questionário piloto em uma escola estadual afastada. Devemos ressaltar que esta escola só serviu de base para o aprimoramento da metodologia de coleta de dados, não sendo utilizados os dados coletados.

Um mapeamento foi realizado para conhecer a localização das escolas. Como visto antes, já possuíamos a informação de quais estariam dispostas a

participar da pesquisa, tendo como prioridade escolas com alunos com deficiência física. Utilizamos como base para nossa pesquisa uma escola central e uma afastada em razão de que queríamos conhecer e verificar se as mesmas tinham condições de receber um aluno com deficiência física, já que essas escolas se localizam em extremos opostos da cidade, mas não sendo observada somente sua localização e sim se estariam devidamente preparadas.

Selecionamos as potenciais escolas que se encaixam no critério proposto posteriormente, e então aplicamos um questionário piloto para termos suporte e entendimento, melhorando questões do mesmo, mantendo o anonimato para preservar a identidade das escolas participantes. Visitamos quatro escolas estaduais de Guaramirim, sendo uma a piloto. Assim definimos as participantes como: escola central estadual “1”, escola central estadual “2” e escola estadual afastada.

4.2.2 Escolas municipais central e afastada

Como dito anteriormente através da colaboração de um gestor obtivemos as informações de quais eram as escolas municipais de Guaramirim, em seguida entramos em contato com as mesmas, mas havendo empecilhos, pois nem todas nos atenderam. Por intermédio das ligações, explicamos nosso projeto de pesquisa e nos disponibilizamos a responder quaisquer dúvidas que viessem a ocorrer, com isso tomamos conhecimento de quais escolas possuíam alunos com deficiência e se as mesmas estariam dispostas a nos receber.

A escolha das escolas foi feita através do critério de quais possuíam deficientes físicos, mas como visto que nenhuma escola municipal que entramos em contato possuía, o critério inicial foi alterado, para melhor aprofundamento da pesquisa. O novo critério foi elaborado por meio de discussão e análises feitas em conjunto pelo grupo, sendo este definido como uma escola municipal afastada e uma escola municipal central. A base do critério final foi estabelecida para que pudessemos conhecer a realidade das escolas, tanto as que se localizavam na parte central da cidade, quanto as que estavam em lugares mais afastados do centro, tendo como principais objetivos conhecer e verificar se as escolas de Guaramirim participantes da pesquisa estão preparadas para receber alunos com deficiência física, levando em conta dois pontos opostos da cidade.

Como visto anteriormente, um mapeamento da localização das escolas foi realizado, selecionamos as potenciais escolas que se encaixariam no critério definido, levando em consideração a informação de quais estariam dispostas a nos receber. Alguns contratempos foram encontrados em relação ao acesso às escolas, mas devemos ressaltar que não prejudicaram o andamento da pesquisa. De um universo de dezoito escolas municipais de Guaramirim, duas compõem o corpus desta pesquisa.

Para manter o anonimato e preservar a identidade das escolas participantes, as mesmas tiveram seus nomes substituídos, sendo denominadas: escola municipal central e escola municipal afastada.

Em uma determinada situação ocorrida na escola municipal central, a gestora hesitou em responder as questões propostas pelo grupo, nos encaminhando a profissional da sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE). Realizamos a aplicação de algumas perguntas, sendo que estas, a gestora hesitou em responder. Este imprevisto nos surpreendeu e enriqueceu a pesquisa. Munidos dessas, obtivemos dados mais concretos, aprimorando nossa visão e consequentemente dando uma leitura diferenciada à análise.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 Escolas estaduais central e afastada

5.1.1 Resultados das entrevistas com os gestores nas escolas estaduais

5.1.1.1 Estadual central “1”

O gestor tem 24 anos de atuação na educação. Perguntado se a instituição que administra está de acordo com as normas da ABNT referente à acessibilidade, o gestor afirma que é zero. Segundo ele, não há deficientes físicos na escola, e não recebem ou têm tecnologias assistivas.

A escola, curiosamente, passou por reforma em 2010 e ainda tem muitos problemas, segundo o próprio gestor. Existem alunos que moram ali no centro,

próximo da escola, mas devido à acessibilidade da escola, vão para outras mais retiradas. Perguntado sobre o entorno escolar, a situação é dada como a mesma:

zero, com destaque para a subida para o pátio da escola.

O gestor já fez uma petição para o promotor para que tomasse providências. Segundo ele, todas as escolas de Guaramirim deveriam estar acessíveis, até 2010 (ano da reforma), porém, já é 2017 e não estão. As salas de aula têm rampas devido às providências da escola. O ginásio é novo, tem um banheiro acessível conforme as normas da ABNT, utilizável por todos os alunos, porém, tem uma escadaria sem rampa.

Referente a demanda, o gestor acha que existe uma demanda expressiva, porém novamente afirma que as escolas não “passam” alunos deficientes a essa instituição devido a situação referente à acessibilidade, já sobre editais e projetos, em 2013 solicitaram e receberam do MEC a verba para a acessibilidade, porém, suficiente segundo o gestor apenas para fazer as rampas da sala de aula e para fazer os banheiros, que não estão devidamente acessíveis. Também receberam a última verba do estado em 2013, mas apenas para manutenção geral da escola, e não tem mais previsão de quando receberá novamente. Segundo o próprio gestor, se for esperar do estado eu vou me aposentar e a escola não vai ser acessível” e novamente frisa que a escola não é acessível.

5.1.1.2 Estadual central “2”

O gestor da escola estadual central trabalha há 20 anos na área de educação. Perguntado se considera a instituição preparada para receber o aluno deficiente físico conforme as normas da ABNT, o gestor afirma que não, concluindo que a instituição está em fase de adaptação.

Referente às tecnologias assistivas, o gestor responde vagamente, novamente falando que está em adaptação, reforçando que conforme os alunos com a deficiência física vão chegando, a escola vai se adaptando, sem uma preparação de ordem preventiva. Destaque para um mesa adaptada para uma aluna cadeirante, que a escola com seus próprios recursos encomendou, porém, não conforme as

normas da ABNT. Para outra aluna, foi emprestada uma mesa adaptada devidamente preparada, mas, se a escola pedir a mesa de volta, a aluna voltaria a ficar com a mesa antiga, que não é devidamente preparada.

Perguntado sobre a formação continuada para os professores da instituição, se envolve discussão a respeito da acessibilidade para pessoas com deficiência física, o gestor afirma que não, pouquíssimas vezes, sendo muito difícil, considerando apenas a segunda professora preparada para trabalhar com alunos deficientes físicos. Vale ressaltar sobre a vaga de deficientes físicos, que o marido da segunda professora, trabalhando na área, tinha conhecimento da possível mudança no estacionamento da escola, repassando a informação para sua esposa, e segunda a professora que trabalha na escola repassando para o gestor, assim, foi feita a troca das vagas, que antes era da polícia militar, sendo possível a mãe da aluna estacionar na frente da escola. Curiosamente, a vaga não existia quando o grupo foi até a escola fazer a entrevista pela primeira vez, mas quando retornamos para a entrevista com a aluna deficiente, a vaga estava própria para deficientes físicos.

Já sobre o entorno escolar, o gestor, afirma que não considera muito apropriado, apenas destacando rampas no acesso para a escola em todas as entradas, concluindo que é um prédio antigo e estas adaptações são difíceis de fazer, exigem tempo e são feitas conforme a necessidade, e quando são feitas, por serem um espaço de uso público, são deterioradas e acabam não tendo prioridade para o conserto. Sobre os espaços de uso comum, o gestor não considera tudo devidamente adaptado, mas utilizável, sendo considerado improvisado, citando o banheiro interno como exemplo. Já referente à demanda de alunos deficientes, o gestor apenas tem conhecimento da instituição a qual ele administra, em escala municipal não, apenas citando a aluna cadeirante, que já foi citada anteriormente.

Objetivamente, o gestor responde sobre os editais, afirmando que não tem conhecimento se atualmente tem, e que a escola não recebe verba exclusiva para adequação sobre a acessibilidade.

5.1.1.3 Estadual afastada

O gestor atua há 24 anos na educação, e considera a instituição totalmente acessível, conforme as normas da ABNT. O gestor, perguntado sobre as tecnologias assistivas, afirma que a escola tem computadores, notebooks, joguinhos e teclados. Ele se refere ao computador adaptado, que a aluna tetraplégica faz uso para sua comunicação ela mexe com a ponteira o *touch screen* e escreve o que deseja.

Sobre a formação dos segundos professores, o gestor afirma que na escola há 8 segundos professores para as mais diversas deficiências, e ainda destaca um recente curso feito por um segundo professor, oferecido pela gerência de educação, destacando que toda chegada de um aluno deficiente na escola, há uma comunicação com a fundação catarinense de educação especial (FCEE), que envia laudos para o segundo professor e para os pais, explicando como deve ser o atendimento desse aluno.

Já referente o entorno escolar, o gestor novamente afirma estar adequado, considerando todas as entradas da escola acessível. Perguntado sobre as medidas administrativas que poderia viabilizar ainda mais a acessibilidade na instituição, o gestor alega que em 2014, ano em que o gestor assumiu, entraram num projeto e receberam o valor de R\$13.000,00 (treze mil reais) que foram gastos em adequações, como a rampa na entrada principal da escola, o que fortalece esperanças para entrarem em projetos futuros, referentes a demanda de alunos deficientes em Guaramirim. O gestor apresenta apenas dados de sua escola e destaca que a escola é procurada no município para realocação de alunos deficientes devido a sua boa situação comparada as outras do estado e do município, fazendo uma observação de que para as eleições, o Tribunal Regional Eleitoral escolhe a instituição para o voto de deficientes físicos, e que muitos alunos do centro, vão estudar na instituição.

Segundo o gestor, falta pessoas para trabalhar na escola, o que influencia também na acessibilidade, sendo o maior problema o financeiro, pois neste ano ainda não receberam o PDDE², sendo que já faz 3 anos que não recebem, porém,

² PDDE: Programa Dinheiro Direto na Escola

há um destaque para a APP³, que ajuda a trazer recursos que servem para a adequação da escola, em termos gerais, não só de acessibilidade, mas para a sustentação da escola, e o que é prioridade para a escola arrumar agora, é a quadra de esportes, que apresenta um piso de baixa qualidade e trás transtornos às aulas de educação física, além de melhorias na sala multifuncional, que oferece acessibilidade não só para os alunos deficientes físicos. Destaca ainda que devido a crise política e financeira atual nacional, estão cada vez mais raros os editais que financiam projetos quanto a acessibilidade.

5.1.2 Resultado dos questionários com segundos professores

Segundo professor da escola estadual central “2” diz que o aluno deficiente físico tem acesso a todas as dependências da escola, como biblioteca, banheiros, refeitório, salas de aula, secretaria, estacionamento, pátio e quadra de esportes. Diz que as mesas do refeitório poderiam melhorar para a locomoção do aluno cadeirante. No quesito “aprendizado e participação do aluno em sala de aula”, fala que fazem adequações nas atividades e exercícios para que o aprendizado seja igual a dos demais alunos. Relata que o ambiente em torno da escola é em parte acessível. Sobre sua formação na área, fez licenciatura em pedagogia e está cursando pós graduação em educação especial.

O segundo professor da escola estadual afastada, fala que o aluno com deficiência física têm acesso a todos os ambientes da escola, não sabe o que poderia melhorar na escola pois está a pouco tempo trabalhando nessa escola. Em relação à educação e aprendizado, diz que em alguns momentos o aluno é prejudicado e não tem a mesma participação que os demais pois não tem condição de participar de todas as atividades propostas, apenas as atividades mais básicas. Sobre o ambiente em torno da escola, considera totalmente acessível, assim como a escola. É formado em educação física e tem cursos de educação especial. Quando perguntamos sobre as tecnologias assistivas, diz que a disponível na escola é a sala de informática e que o aluno com deficiência faz uso. Diante desta resposta,

³ APP: Associação de Pais e Professores

percebe-se que o segundo professor não possui conhecimento do termo tecnologias assistivas.

5.1.3 Resultados dos questionários com alunos deficientes físicos

Na escola estadual central “1” não havia alunos com deficiência física, portanto não há entrevistas com alunos nessa escola.

O aluno incluso na escola central “2”, diz que tem acesso a todos os lugares da escola, as salas de aula, refeitório, banheiro, pátio, secretaria, quadra de esporte, estacionamento e biblioteca. Em questão de ensino, diz que considera igual a dos outros alunos, que participa de todas as atividades propostas. Relatou que o assunto ‘deficiência’ é tratado na escola, nas aulas e em palestras. Vai para a escola com transporte particular, e não possui dificuldade até a chegada na escola. Enfatiza que mesmo tendo acesso a todos os ambientes, poderia melhorar o acesso às mesas do refeitório, pois com a cadeira de rodas é difícil para passar.

O aluno 1 incluso na escola estadual afastada, relatou que tem acesso a todas as dependências da escola, como salas de aula, banheiros, refeitório, pátio e biblioteca. Ele considera que seu ensino é igual aos demais alunos, apenas não participa das aulas de educação física devido às suas condições e tem dificuldade de escrita. Segundo ele, o assunto “deficiência” é discutido na sala de aula e com palestras. Relata que a chegada até a escola acessível é de carro. Conclui que consegue ir em todos os ambientes da escola e na sua opinião não teria nada que precisasse melhorar.

O aluno 2 incluso na escola estadual afastada, tem acesso a todos os lugares da escola, como as salas de aula, biblioteca, refeitório, banheiro, secretaria, quadra de esporte, estacionamento e pátio. Considera que em alguns momentos se sente prejudicado em relação ao ensino. Diz que na sala de aula e em palestras o assunto “deficiência” é discutido. Não tem dificuldade para chegar até a escola, utiliza o transporte público e tem auxílio financeiro. Relata que participa de todas as atividades propostas pela escola e na sua opinião não teria o que melhorar.

5.1.4 Resultados das observações infraestruturais com base nas normas da ABNT nas escolas estaduais

Para apresentação dos dados, após todas as escolas serem analisadas à luz da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), os mesmos serão apresentados de forma que separe-se escolas estaduais e municipais, bem como as que se encontram em locais mais afastados ou centrais. Para isto, todos os dados das escolas foram analisados separadamente, e depois, colocados lado a lado para comparação. Para uma análise final, todos os dados retirados das imagens e visitas feitas às escolas foram confrontados com as normas da ABNT, que visa mostrar quais seriam as soluções para os problemas relacionados à acessibilidade para deficientes físicos, encontrados nas escolas de Guaramirim.

Vale lembrar que, como previsto, nem todas as medições necessárias de móveis e equipamentos das escolas foram realizadas, bem como as fotos, pois o acesso a alguns lugares não foi permitido ou o acompanhante que mostrava todos os espaços da escola tinha pressa para apresentá-los. Por este motivo, o questionário infraestrutural foi de grande utilidade, pois a análise feita por ele é mais rápida e prática, não exigindo que fotos sejam tiradas, ou que medições sejam feitas.

5.1.4.1 Escola central “1”

a) Do portão à porta da escola:



Com base na imagem A, que abrange a entrada da escola estadual juntamente à rua principal, é possível observar a presença de muitos buracos no asfalto, o que dificulta a entrada do aluno com algum tipo de deficiência física. A pavimentação também pode ser considerada um problema, pois está estragada.

Na imagem B, percebe-se que a entrada das salas de aula e salas de atendimento da escola são cercadas por brita, sendo que a calçada não contribui para a locomoção de um deficiente físico por ser estreita, medindo apenas 0,70x20m

b) Rampas nas portas e degraus:

A escola apresenta rampas ou degraus em todas as portas de entrada para algum ambiente interno, como apresentado no questionário infraestrutural, sendo que o ideal para a escola se encaixar em um padrão acessível seria que todo seu ambiente interno contasse com a presença apenas de rampas, ou que elas fossem uma alternativa caso haja a presença de degraus, para que não ocorram acidentes e o deficiente físico possa ter o direito de acessar qualquer ambiente com autonomia.

c) Vagas de estacionamento para pessoas com deficiência:

Durante a análise das vagas de estacionamento da escola estadual, não foi possível identificar a presença de vagas de estacionamento para pessoas com deficiência física, já que o ideal seria a escola possuir no mínimo uma vaga para os mesmos. A vaga oferecida também deve ser sinalizada para fácil visualização.

d) Corredores:



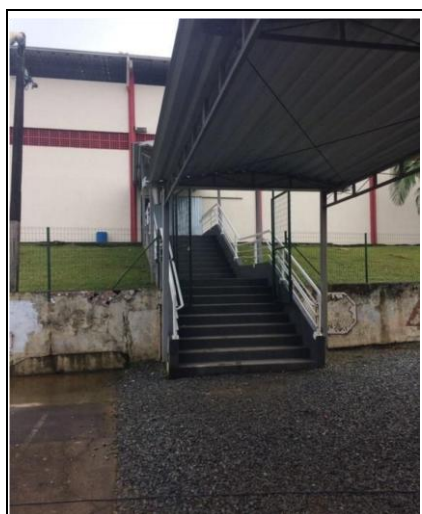
O corredor da escola estadual pode ser considerado acessível por não possuir obstáculos que poderiam prejudicar o aluno durante sua locomoção pela região. Quando existe a presença de bancos, o espaço disponível para quem está se locomovendo pela região, faz-se suficiente para todos.

e) Bebedouro:



Não é possível considerar o bebedouro da escola estadual como acessível para todos os alunos, por sua altura ser muito superior ao que propõe a ABNT, por ter 1,17m, e estar sobre um degrau, que dificulta ainda mais a aproximação do aluno deficiente físico. Assim como deveria acontecer em um caso como este, a escola deveria disponibilizar um bebedouro com duas opções de altura, o que poderia facilitar o uso de alunos que possuem ou não deficiência física.

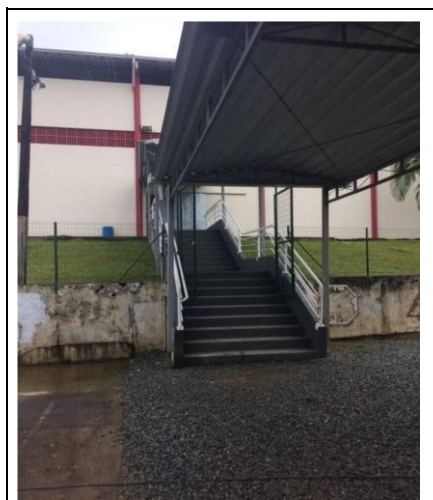
f) Escadas e rampas:



Escadas

A escola não possui a opção de rampas para acesso ao segundo andar para um aluno com deficiência física, o que impediria ou dificultaria a locomoção dele pelo local, que é um espaço de acesso a todos os alunos.

g) Corrimãos:



Corrimãos

A escola apresenta adequação com relação ao corrimão, principalmente por possuir mais de uma altura, sendo que esse seria o ideal segundo as normas da ABNT. Além disso, deve-se levar em consideração que seu tamanho é padrão de fábrica.

h) Biblioteca:

Durante a análise da biblioteca, faz-se possível afirmar que tanto a mesa de aluguel e devolução de livros, quanto os demais móveis da biblioteca, não possuem altura adequada para um aluno cadeirante. A biblioteca da escola estadual também pode ser considerada pequena, com obstáculos pelo interior que poderiam causar um acidente ou impedir a locomoção do deficiente físico pelo ambiente, assim, não podemos considerar esse espaço da escola como um espaço acessível.

i) Auditório:

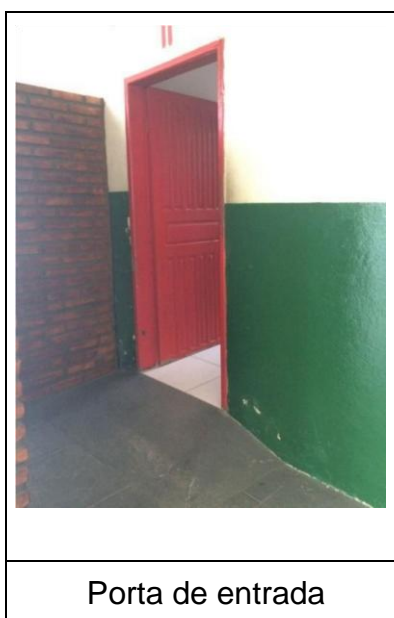


Durante a análise das imagens e do questionário infraestrutural, conclui-se que o espaço se torna acessível por não ter muitos obstáculos em seu interior, além de ser amplo. Ao entrar, o aluno também conta com uma rampa de acesso, facilitando sua locomoção. A posição das cadeiras no interior do ambiente não prejudica o aluno, pois não cria corredores que possam ser estreitos e interferir na sua locomoção.

j) Sanitários:



Com relação aos banheiros da escola, é válido destacar que mesmo tendo um corrimão para auxílio de locomoção em seu interior, ele não se torna acessível já que não possui outros equipamentos necessários para que uma pessoa com mobilidade reduzida faça uso.



A porta de entrada do banheiro possui uma rampa de acesso favorável a entrada do deficiente físico, porém o banheiro encontra problemas com relação à pia por ela ter um formato irregular que dificulta a aproximação do aluno durante o uso.

k) Refeitório:



Refeitório

Como foi possível verificar e afirmar como um problema frequente na maioria das escolas estaduais e municipais de Guaramirim, as mesas do refeitório não possuem espaço suficiente para formar um corredor que todos os alunos, inclusive deficientes físicos, possam fazer uso para se aproximarem da mesma. Além de problemas no ambiente escolar, uma questão como esta pode dificultar as relações sociais do aluno, por afastá-lo dos demais durante um momento de recreação tão importante quanto esse.

l) Pátio:

Durante a socialização de todos os alunos dentro de uma escola, o pátio é um dos lugares onde essa socialização acontece com mais intensidade. Na escola estadual esse possui pavimentação inadequada e é de difícil circulação, não possuindo nem mesmo rampas de acesso para um aluno com mobilidade reduzida. Durante esse processo, o aluno pode acabar se sentindo excluído socialmente e isso prejudica o processo de inclusão, que é um direito de toda pessoa.

5.1.4.2 Escola central “2”

a) Do portão à porta da escola:



Ao analisar as fotos da escola, é possível notar a presença de alguns dos problemas mais comuns em escolas, segundo a ABNT: o caminho até a porta encontra-se sem pavimentação, com desníveis, buracos, sem cobertura, ou mesmo, com obstáculos. Segundo as normas da ABNT, este caminho deve estar totalmente acessível, para que um cadeirante, por exemplo, possa ter autonomia e facilidade de locomoção para chegar à sala de aula. Um dos pontos mais relevantes do caminho até a porta da escola é a ausência de pavimentação. Observa-se que há a presença de buracos e brita ao longo do percurso, bem como desníveis. Não há, também, a presença de cobertura, dificultando mais ainda a passagem em dias de chuva

b) Rampas nas portas e degraus:

	
<p>Entrada da diretoria e sala de atendimento</p>	<p>Entrada da sala de AEE</p>

Percebe-se que a escola conta com rampas em quase todas as portas, principalmente nas salas de aula, refeitório e biblioteca. As mesmas contam com pavimentação adequada, mas não com a fita antiderrapante, importante para cadeirantes. As rampas possuem a mesma largura das portas (90cm), sendo que o espaço ideal para que um cadeirante consiga se locomover é de 80cm de largura.

c) Vagas de estacionamento para pessoas com deficiência:

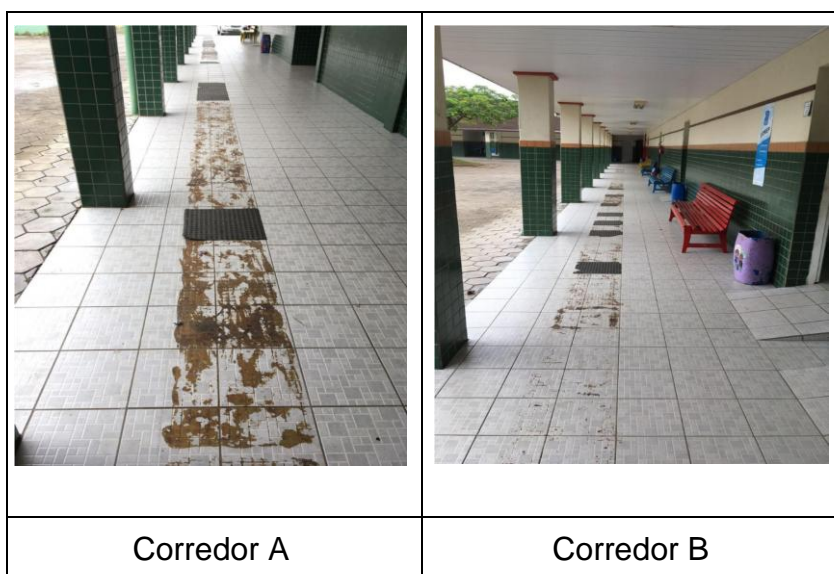
	
<p>Entrada para o interior, a partir do estacionamento</p>	<p>Estacionamento</p>

As vagas de estacionamento são um direito das pessoas com deficiência física, segundo a ABNT, e por este motivo, devem estar devidamente adequadas para seu uso. O estacionamento da escola encontra-se em um local separado da circulação de pessoas, porém, a pavimentação do mesmo não está totalmente adequada, uma vez que a mesma conta com desníveis e buracos. Na primeira visita ao local, o mesmo não contava com vagas de estacionamento para deficientes físicos, porém, dois dias após a visita, ela foi adicionada ao lugar. No entanto, o estacionamento continua sem pavimentação adequada. Quanto aos portões de acesso ao meio interno da escola, os mesmos possuem pequenas elevações que dificultam a passagem de um cadeirante ou pessoa com qualquer limitação física para a entrada no local.

d) Recepção

A recepção de qualquer escola é, certamente, um dos primeiros locais para atendimento de pessoas quando as mesmas chegam ao lugar. Por este motivo, ela deve se encontrar devidamente acessível, já que recebe grande quantidade de pessoas. Embora não tenhamos fotos da recepção da escola, segundo as análises feitas a partir do questionário infraestrutural, a mesma não se encontra devidamente acessível, uma vez que o local não permite que um cadeirante tenha total mobilidade, pois possui objetos (como cadeiras e lixeiras) mal localizados.

e) Corredores:



Mesmo nos corredores, um cadeirante ou qualquer outra pessoa com limitação física deve ter autonomia, uma vez que são lugares importantes para a locomoção pela escola, dando acesso a diversos locais. É possível notar que, embora o corredor conte com rampas nas portas das salas de aula, o piso tátil está quase que totalmente arrancado, rasgado ou foi retirado de seu lugar, isso dificultaria que uma pessoa cega ou com baixa visão, por exemplo, tivesse noção do caminho a ser percorrido. O corredor mede aproximadamente 1,80m de largura, conforme medições, sendo que o ideal é de 1,20m, segundo a ABNT. Os objetos, como bancos ou lixeiras, encontram-se bem localizados, uma vez que os mesmo estão bem afastados do caminho, não ocupando muito do espaço.

f) Bebedouro:



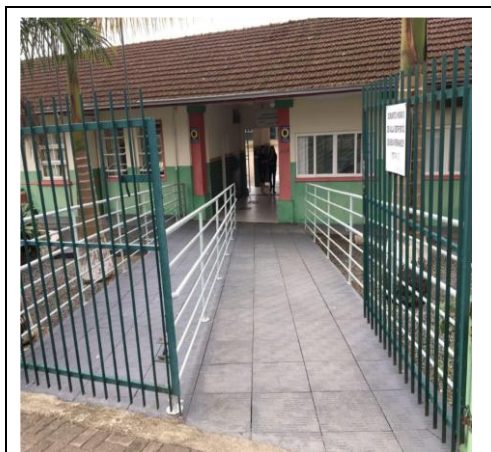
Ao analisar as fotos tiradas, percebe-se os três bebedouros presentes na escola visitada não encontram-se totalmente acessíveis. Um dos bebedouros tem por objetivo ser acessível, porém, o mesmo se encontra muito próximo a uma parede, impossibilitando que qualquer pessoa possa utilizá-lo, além de não se encontrar funcionando. Outro bebedouro encontra-se em um desnível (degrau), tornando praticamente impossível que um cadeirante ou qualquer pessoa com limitação física faça uso do mesmo, já que não conseguiria subir no degrau para alcançá-lo. O último bebedouro, assim como os demais, é alto (1,10m) para que um cadeirante, por exemplo, possa utilizá-lo, sendo que o recomendável é de no mínimo 73cm de altura do chão.

g) Escadas e rampas:



Um ponto muito importante para a autonomia de uma pessoa com limitação física em uma escola, certamente são as rampas, pois as mesmas permitem (ou não) que um cadeirante, por exemplo, possa circular sozinho pelo espaço. Como comentado anteriormente, a escola não possui rampas em todos os lugares, e a rampa de acesso ao local encontra-se muito inclinada para a passagem com autonomia de um cadeirante. Embora a escola não possua mais de um andar, alguns locais encontram-se sem acessibilidade no quesito “rampas”, uma vez que possuem degraus, impossibilitando a passagem de um cadeirante ou qualquer pessoa com limitação física.

h) Corrimãos



Corrimão

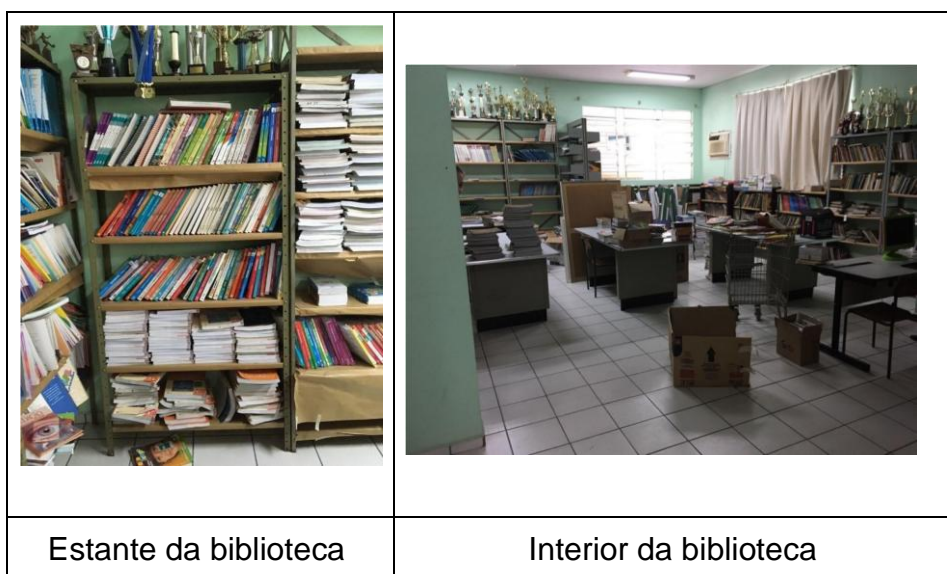
A escola possui apenas um corrimão, sendo que o mesmo se encontra na rampa que dá acesso ao interior do local. O corrimão pode ser utilizado como apoio para quem possui limitação física, porém, existe apenas uma altura, sendo que a ABNT recomenda que existam duas, para cadeirantes, pessoas com outras limitações físicas ou mais baixas.

i) Salas de aula:

A sala de aula é, certamente, o local mais frequentado por um aluno. Por este motivo, deve ser acessível para toda e qualquer pessoa, não importando suas limitações, já que todos devem ter os mesmos direitos no local onde estudam.

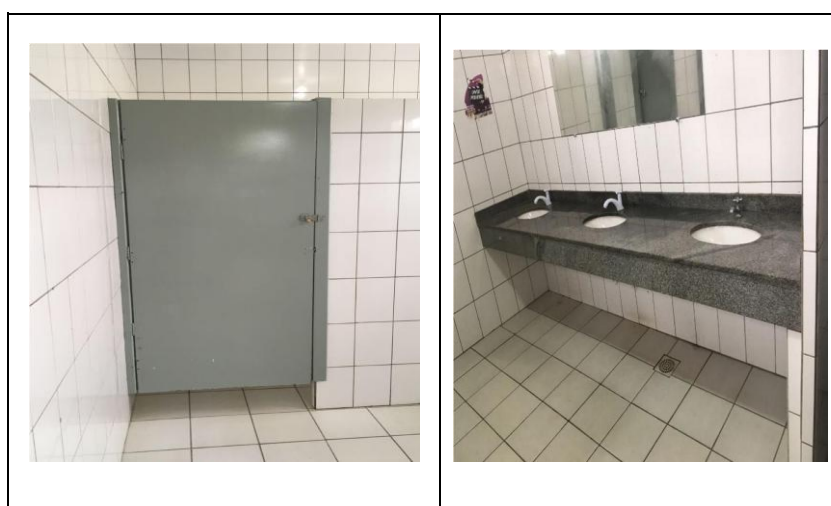
Conforme análise do questionário infraestrutural, percebe-se que a escola não possui carteiras com dimensões que permitam a aproximação de um cadeirante, com exceção de uma carteira em uma sala específica, utilizada por uma aluna com deficiência física, porém, a carteira foi comprada pela família da aluna, para que a mesma pudesse fazer uso. As salas de aula, além de não possuírem carteiras com tais dimensões, não possuem corredores com espaço suficiente para que um cadeirante possa se locomover pela sala de aula.

j) Biblioteca:



Nota-se, pelas fotos tiradas no local, que a escola possui uma biblioteca com um espaço amplo, mas que não está sendo utilizado pois, segundo a diretora, está acontecendo uma reforma no local. Com base nisso e em alguns aspectos que podem ser observados na foto (como mesas, cadeiras ou estantes), pode-se fazer uma análise mais superficial do lugar. Algumas mesas, apenas, permitem a aproximação de um cadeirante e algumas estantes não são baixas o suficiente para que um cadeirante ou pessoa com limitação física possa fazer uso adequado, alcançando-a com facilidade.

k) Sanitários:



Ao analisar os dados obtidos por fotos e questionário infraestrutural, é possível perceber que a pia do banheiro fotografado não se encontra em uma altura acessível a um cadeirante. Durante a visita, não foi possível fazer medições da pia do banheiro, porém, analisando a foto, pode-se perceber que a mesma não se encontra em altura acessível. Segundo o site “deficienteonline” (acesso em 28 de maio de 2017, às 23:39 min.), uma pia acessível, deve ter 80cm de altura. Com relação à porta do banheiro supostamente acessível, segundo a diretora da escola, a mesma se encontra trancada. A justificativa é de que o banheiro não é muito utilizado, e por isso, permanece trancado. Não tivemos acesso ao local.

l) Refeitório:

Sabe-se que, assim como os demais espaços da escola, o refeitório também tem grande importância, por este motivo, deve se encontrar acessível a toda e qualquer pessoa. Embora o refeitório da escola não tenha sido fotografado, o critério utilizado para analisar o local foi o questionário infraestrutural. De acordo com o mesmo, as mesas do refeitório encontram-se muito juntas umas das outras, dificultando a passagem de uma pessoa com limitação física, como um cadeirante. As mesas, porém, têm dimensões que permitem que um cadeirante se aproxime (75cm de altura 75cm de largura, dados mais importantes, já que as mesas eram compridas, por este motivo, não foi medida a largura) sendo que o recomendado pela ABNT é de no mínimo 73cm de altura e 50cm de largura (para que o cadeirante possa se aproximar da mesa).

o) Pátio:



O pátio da escola, embora seja bastante amplo, não possui pavimentação totalmente adequada, já que conta com desníveis em alguns pontos. Não existem objetos mal localizados, uma vez que árvores, postes ou lixeiras se encontram em lugares bem localizados, com fácil circulação de pessoas.

5.1.4.3 Escola afastada

a) Do portão à porta da escola:



Ao observarmos o caminho de acesso à escola, é possível concluir que ele se encontra adequado, segundo as normas da ABNT, sem conter degraus ou qualquer obstáculo que possa impedir a entrada do aluno, com autonomia, na instituição. Porém, o problema principal se localiza na rua da escola, que não possui pavimentação, mesmo que a calçada seja ampla.

A escola também possui dois portões de entrada disponíveis para alunos e funcionários, onde ambos são exclusivos para pedestres e possuem uma rampa com inclinação adequada e piso antiderrapante. Os portões também são amplos e o caminho até a porta de entrada é coberto, o que contribui para a padronização da escola nas normas da ABNT.

b) Rampas e escadas:

	
<p>Rampa do interior</p>	<p>Rampa de acesso ao segundo andar</p>
	
<p>Rampa de acesso ao segundo B</p>	<p>Escadaria de acesso ao segundo andar</p>

Com relação às rampas, são largas e com uma inclinação leve, o que possibilita ao cadeirante o acesso sem necessidade de auxílio para chegar ao segundo andar. Ambas possuem corrimão, porém, este tem apenas uma altura, sendo que o correto, segundo as normas da ABNT, seriam corrimãos com duas alturas, facilitando o acesso da pessoa com deficiência física ao segundo piso. Não existem rampas de acesso a todos os espaços da escola.

c) Vagas de estacionamento para pessoas com deficiência:

A escola estadual não possui estacionamento interno disponível para alunos e pais de alunos, sendo que o estacionamento para funcionários é constituído por brita e não possibilitaria a passagem de um aluno cadeirante.

Durante a entrada e saída de alunos que utilizam de carros, vans e outros meios de transporte que necessitam de estacionamento, o mesmo acaba sendo feito na rua da escola, porém, a escola não disponibiliza nenhuma vaga para pessoas com deficiência física para esse processo, o que é um direito de todos.

d) Recepção/sala de atendimento:

Com base no questionário infraestrutural, a recepção da escola possui um amplo espaço, com obstáculos que não se tornam significativos, pois não interferem na ambientação do aluno em seu interior, seguindo as normas da ABNT, também por possuir uma rampa de acesso com largura de 90cm, sendo que o ideal, ainda segundo a ABNT, é de no mínimo 80cm de largura. Vale lembrar que não foram feitas medições no balcão de atendimento.

e) Corredores:



Os corredores no interior da escola são amplos (2,0m, sendo que o mínimo, segundo a ABNT, é de 1,20m) e possuem corrimão e rampas quando necessário. Além disso, não possuem obstáculos que possam dificultar o caminho de alunos com ou sem algum tipo de deficiência física.

f) Bebedouro:



É possível concluir, após análise de fotos, que o bebedouro possui uma altura adequada para um cadeirante, porém, a presença do fio de eletricidade que liga este bebedouro à tomada no chão, pode ser considerado um problema, pois ao utilizar o bebedouro com uma cadeira de rodas, por exemplo, o aluno terá o risco de

sofrer algum acidente tanto com relação a eletricidade, quanto a difícil locomoção na região.

g) Rampas nas portas e degraus:

Com base na análise do questionário infraestrutural a respeito das rampas e degraus, torna-se importante destacar que a escola possui rampas nas portas de todas as salas de aula, contando também, com a presença de rampas em áreas de uso comum, porém, sem trazer o uso de antiderrapante ou corrimãos nestes lugares.

h) Corrimãos:



Corrimão da rampa de acesso ao segundo andar

O principal corrimão da escola, que dá acesso ao segundo andar, se encaixa nas normas da ABNT parcialmente, pois sugerem que ele seja contínuo e de uma altura e inclinação ideais, bem como patamares de descanso para o uso de um aluno que tenha essa necessidade ou não. Porém, a rampa não conta com corrimão que possua duas alturas, o que recomenda a ABNT.

i) Salas de aula:

Segundo o questionário infraestrutural, as salas de aula da escola possuem rampas nas portas, além de um quadro branco com altura ideal (80cm, a partir do chão) para um aluno ou professor trabalharem, seguindo a dinâmica de sala de aula.

Porém o espaço para a circulação de um aluno entre as carteiras dentro do ambiente faz-se pequeno devido à grande quantidade de carteiras em sala. Vale ressaltar que a escola possui salas de aula com portas de largura padrão (90cm) para o acesso de uma pessoa com cadeira de rodas, por exemplo, facilitando sua entrada e saída.

j) Auditório:



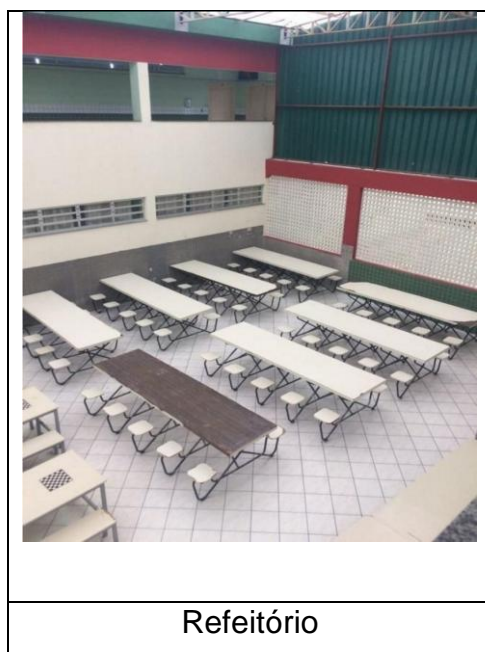
O auditório da escola não permite que um cadeirante circule com facilidade, já que as cadeiras estão postas de modo que fiquem muito próximas umas das outras. Também, não existe desnível com rampa para melhor visualização do palco por parte de todas as pessoas.

k) Sanitários:



Além de contar com a presença de banheiros para uso comum aos alunos, a escola também possui um banheiro adequado às normas da ABNT, com todos os equipamentos necessários para um aluno com algum tipo de deficiência física utilizar.

l) Refeitório:



O refeitório da escola, por mais que possua um espaço amplo, não conta com um espaço suficiente entre as mesas de alimentação, o que dificulta a circulação de um aluno com deficiência física, como um cadeirante, além de não possuir uma mesa específica para cadeirantes, que possibilite a aproximação do mesmo. Os bancos são fixos, dificultando mais ainda a aproximação de um cadeirante junto à mesa.

m) Pátio:

A escola não possui um pátio específico para os alunos fazerem uso, por isso, os mesmos devem procurar outros locais para socialização durante os horários que são permitidos.

5.2 Municipais central e afastada

5.2.1 Resultados das entrevistas com os gestores nas escolas municipais

5.2.1.1 Escola Central

O gestor trabalha há 16 anos na educação, perguntado se a instituição que administra está preparada para receber um aluno deficiente físico, afirma faltar alguns aspectos, como os banheiros acessíveis internamente e outras adequações. Sobre as tecnologias assistivas, o gestor não soube citar alguma, pedindo exemplos ao entrevistador, assim citando o que há ou não na instituição.

Na instituição há uma sala multifuncional com alguns equipamentos adaptados, porém, segundo o gestor, não há necessidade de investimentos maiores nesses equipamentos no momento, porém, diz que se houver necessidade terá que buscar. Não tendo total conhecimento sobre as tecnologias assistivas e sobre a respectiva sala multifuncional, o gestor oferece uma entrevista com a responsável pela sala que tem uma especialização na área da educação especial.

Referente à formação continuada dos professores envolvendo acessibilidade, o gestor conclui que apenas a responsável pela sala multifuncional

participa de cursos e formações, não sendo dirigido a todos os professores, não tendo quase nunca discussões sobre o assunto na escola. Sobre o entorno escolar, apenas a rampa foi citada como própria para um deficiente físico chegar até a escola. Perguntado sobre como o gestor pode viabilizar a melhoria deste aspecto, o gestor vê como necessária esta melhoria apenas se houver o deficiente físico. Se existindo, afirma que a medida principal seria comunicar a Secretaria da Educação Municipal para estar adaptando conforme necessário.

Sobre os espaços de uso comum da escola, o gestor afirma novamente que precisa de muitas adequações, considerando o ginásio, que é uma construção nova, e seu respectivo banheiro, acessíveis, havendo a necessidade de um banheiro interno acessível. Destaca as rampas em todas as salas, mas, considera a escola uma construção muito antiga, tendo vários aspectos negativos. A escola não possui deficientes físicos.

O gestor afirma não ter conhecimento de editais que financiam projetos com intuito de viabilizar recursos para adequação e acessibilidade voltadas para deficiência física, não tendo conhecimento de nenhum projeto e afirmando que a escola não recebe nenhum recurso financeiro para adequação da acessibilidade.

5.2.1.2 Escola afastada

O gestor trabalha há 13 anos com educação. Perguntado sobre o preparo da instituição para receber um aluno com algum tipo de deficiência física, com base nas normas da ABNT, o gestor afirma que o espaço físico não está acessível e perguntado sobre as tecnologias assistivas, afirma que há algumas, porém, não sabendo citar alguma.

Quanto à formação continuada para os professores sobre a acessibilidade, o gestor conclui que existem cursos, capacitações, porém, afirma que vê dificuldade dos professores quanto ao assunto, alegando que poderia ainda existir maiores esforços para capacitação e conhecimento sobre o assunto.

Sobre o entorno escolar, o gestor afirma não ser acessível para um cadeirante, tornando muito difícil o acesso de um deficiente físico, porém, alega estar

tomando providências junto à Secretaria de Educação. Já sobre as medidas administrativas para viabilizar esse acesso, o gestor novamente cita recorrências junto à Secretaria de Educação, mas tudo andando a passos lentos.

Referente a demanda de alunos deficientes físicos nas escolas de Guaramirim, o gestor apenas cita que nunca trabalhou com nenhum deficiente físico e não tem conhecimento da demanda em escala municipal, destacando que não há aluno com deficiência física na escola. Quanto a projetos, editais, recursos para viabilizar a acessibilidade na escola, o gestor afirma não ter conhecimento de projetos e destaca que a escola não recebe recursos exclusivos para adequação, fazendo a observação de que a maioria dos ajustes tanto para a acessibilidade quanto para reparos em geral, os recursos são viabilizados pela própria escola, junto a APP, sendo estes recursos coletados por campanhas da própria instituição. A entrevista em geral foi respondida objetivamente, respostas curtas, sem abertura para perguntas complementares.

5.2.1.3 Contribuições do Atendimento Educacional Especializado

Ao ser interrogada sobre uma questão da entrevista o gestor da escola municipal central, preferiu transferir a mesma para outra pessoa, por não ter conhecimento suficiente em relação à tecnologia assistiva. A professora da sala multifuncional é pedagoga e possui o curso de formação de Atendimento Educacional Especializado (AEE). Ela atua na escola municipal central e relatou, durante a entrevista, que considera a escola acessível visto que já recebeu um aluno cadeirante e existem rampas em todos os ambientes. Porém, o banheiro não oferece essa acessibilidade, alegando a mesma que o aluno não possui a autonomia nesta dependência.

Um problema também apontado é de que boa parte das portas não possuem uma medida adequada, sendo muito estreitas e que o aluno até conseguiria o acesso mas não seria confortável para o mesmo. Em contrapartida, a escola oferece bebedouros próprios para o aluno deficiente e o estacionamento possui uma vaga exclusiva onde o caminho dele até a escola também seria acessível. A professora

afirma que é necessário estar o mais próximo possível do aluno na aprendizagem, podendo mudar as atividades e adaptar conforme a necessidade deste, para que independente de suas limitações, alcance os mesmos objetivos que os demais.

Segundo as informações relatadas, quando questionada sobre tecnologia assistiva, a escola possui notebooks portáteis que são utilizados nas salas de aula pelas crianças com dificuldade na escrita e também lupas com iluminação para as que têm baixa visão. Pela escola não ter no momento alunos deficientes físicos, deixa a desejar neste aspecto, mas que o assunto é discutido com frequência entre os professores.

A mesma concluiu que consideraria a escola acessível para receber um aluno, mas também afirmou que não tem conhecimento referente às normas da ABNT.

5.2.2 Resultados dos questionários com segundos professores

Na entrevista com o segundo professor da escola central, o professor diz que o aluno tem acesso a todas as dependências da escola mesmo tendo dificuldade de acessibilidade em alguns ambientes. Relata que as mudanças são sempre necessárias conforme a necessidade do aluno. Na questão de aprendizado e educação o aluno com deficiência física teria o mesmo aprendizado que os demais. Sobre a acessibilidade em torno da escola, diz que em parte é acessível. Na sua opinião as rampas da escola poderiam melhorar por serem muito íngremes, assim dificultando a passagem do aluno. Sua formação é psicologia. Relata que a escola não possui tecnologias assistivas, por isso não é feito o uso.

5.2.3 Resultados dos questionários com os alunos com deficiência física

Não houve alunos com deficiência física nas escolas municipais pesquisadas.

5.2.4 Resultados das observações infraestruturais com base nas normas da ABNT

5.2.4.1 Escola central

a) Do portão à porta da escola:



Durante a análise das fotos, é possível distinguir a falta de pavimentação adequada, sem a possibilidade de visualizar a porta de entrada da escola. Além de a passagem servir tanto para a entrada tanto de carros, quanto de alunos. Quando observada detalhadamente, a imagem também mostra a presença de diversos obstáculos para uma pessoa com deficiência física, sendo que um dos principais a ser citados deve ser o bueiro, que causa uma inclinação no chão, podendo dificultar a passagem de uma cadeira de rodas.

b) Rampas nas portas e degraus:

Com base no questionário infraestrutural, podemos afirmar que todas as portas de entrada para ambientes de uso comum da escola possuem rampas ou degraus, sendo que este pode dificultar a circulação de algum aluno com deficiência física. Mesmo que as rampas estejam ideais, elas precisam manter-se em uma inclinação adequada, proposta pela ABNT, para que não haja algum acidente ou obstáculo.

c) Vagas de estacionamento para pessoas com deficiência:

A escola não possui vagas de estacionamento para pessoas com deficiência física.

d) Recepção/sala de atendimento:

Segundo o questionário infraestrutural, a escola possui balcão de atendimento mal localizado, sendo que é de difícil acesso e muito longe da entrada principal.

e) Corredores:

Ao analisar os dados apresentados pelo questionário infraestrutural, é possível afirmar que a escola apresenta corredores em condições, sem obstáculos ou qualquer interferência na locomoção dos alunos.

f) Bebedouro:

	
Bebedouro do ginásio	Bebedouro do refeitório

Assim como analisado pelo questionário infraestrutural, é possível observar por meio de imagens tiradas durante a visita à escola, que o bebedouro está adequado (75cm de altura, conforme medições), mantendo-se no tamanho que possibilita o uso de todos os alunos da instituição de ensino.

g) Escadas e rampas:



Rampa de acesso ao segundo andar

A escola não possui escadas, porém, a rampa de acesso principal encontra-se com piso irregular e escorregadio, devido ao antiderrapante estar em péssimas condições, o que poderia causar acidentes para um aluno com ou sem deficiência física.

h) Corrimãos:

Segundo as imagens analisadas e o questionário infraestrutural, a escola possui corrimãos em condições, mesmo que o ideal, como já citado, seria que os corrimãos possuísse duas alturas, para facilitar o uso de ambos os alunos durante a circulação pelo ambiente.

i) Salas de aula:

	
Sala de aula A	Sala de aula B

As salas de aula possuem corredores muito estreitos, podendo dificultar a passagem de um cadeirante. As carteiras utilizadas também possuem dimensões que não possibilitam a aproximação de um aluno cadeirante.

j) Biblioteca:

	
Porta de entrada da biblioteca	Interior da biblioteca A



Interior da biblioteca B

A biblioteca possui um amplo espaço de circulação, porém, há diversos obstáculos que poderiam dificultá-la. As estantes para exibição de livros para uso dos alunos também apresenta uma altura inadequada para uma criança ou cadeirante acessar.

k) Sanitários:



Ao observar as imagens e o questionário infraestrutural, podemos afirmar que a escola não possui um banheiro devidamente equipado para receber um aluno com algum tipo de deficiência física. Além disso, segundo o questionário infraestrutural, a circulação no interior dos sanitários torna-se complicada, devido ao

estreito espaço. Faz-se de extrema importância lembrar que os sanitários presentes nas imagens são apenas os de uso mais frequente, sendo que existem outros no ginásio da escola, porém, os mesmos também não se encontram em boas condições de uso acessível, pois não possuem nenhuma adaptação para um deficiente físico, são apenas mais amplos.

l) Refeitório:



Assim como foi possível observar em diversas escolas, o refeitório possui mesas muito próximas, dificultando ou até mesmo impossibilitando a circulação de uma pessoa que necessita de uma cadeira de rodas. As mesas possuem dimensões que não facilitam a mobilidade do aluno durante o uso, o que ocasiona um problema muito grande, pois o aluno acaba tendo que se distanciar de outros durante o momento do lanche, uma importante interação social.

m) Pátio:

A escola citada não possui um pátio específico para a interação entre os alunos, já que os mesmos utilizam da área do portão até a entrada da escola e de um parquinho que se localiza nos fundos. O parquinho, que deveria ter facilidade de

acesso para todos os alunos, possui em sua área apenas brita e areia, fazendo com que o aluno que faz uso de uma cadeira de rodas não possa frequentar o ambiente ou que ele tenha dificuldades para chegar até o mesmo.

Questões como essas precisam ser profundamente analisadas e solucionadas, já que prejudicam as interações sociais dos alunos com mobilidade reduzida, e esse tipo de interação é extremamente importante durante o processo de inclusão.

5.2.4.2 Escola afastada

a) Do portão à porta da escola:

 A photograph showing the entrance of a school building. The ground is paved with interlocking bricks, and there is a concrete ramp leading to the entrance. A car is parked on the left, and colorful balloons are visible near the entrance.	 A photograph showing the entrance gate of a school. The ground is covered in gravel and has several large holes. A car is parked behind a metal fence, and a bicycle is leaning against a blue structure in the foreground.
Entrada	Portão de entrada

Após a análise dos dados da escola municipal afastada, percebe-se que há a presença de alguns dos problemas mais comuns nas escolas visitadas, também segundo a ABNT. Um dos pontos mais relevantes do caminho até a porta da escola é a ausência de pavimentação. Observa-se que há a presença de buracos e brita ao longo do percurso, bem como desníveis. Não há, também, a presença de cobertura, dificultando mais ainda a passagem em dias de chuva.

Observa-se que a entrada de pedestres e de carros é a mesma, impossibilitando a segurança para o pedestre (ou cadeirante), bem como a dificuldade para concluir o percurso, por conta da ausência de pavimentação

adequada e da localização inadequada de alguns objetos. Embora a porta de entrada da escola seja visível do portão, a mesma se encontra em um lugar com objetos mal localizados, como os palanques ao lado e com desníveis para o acesso desses espaços. As portas, porém, têm 80cm de largura, tamanho mínimo, segundo a ABNT, sendo padrão para as demais portas, conforme medições feitas durante a visita.

b) Rampas nas portas e degraus:

Rampas são essenciais em lugares onde a quantidade de desníveis ou escadas é alta, é também um direito de todas as pessoas, já que muitas delas possuem limitações físicas. Observando os dados coletados pelo questionário infraestrutural, durante a visita à escola, percebe-se que a mesma não possui a presença de nenhuma rampa nas portas ou degraus, dificultando muito a passagem e circulação de uma pessoa com deficiência física.

c) Vagas de estacionamento para pessoas com deficiência:

	
Estacionamento A	Estacionamento B

Com relação ao estacionamento da escola, o mesmo se encontra sem acessibilidade alguma, segundo análise. É notável a presença de chão sem

pavimentação adequada, bem como a ausência de um caminho exclusivo do estacionamento da escola até a porta de entrada da mesma, inclusive, falta de placas de sinalização. O caminho para o estacionamento e a porta de entrada da escola é o mesmo, o que dificulta a circulação de pedestres e cadeirantes, sendo notória, também a ausência de vagas para deficientes físicos.

d) Recepção/sala de atendimento:

Segundo o questionário infraestrutural respondido durante a visita à escola, observa-se alguns aspectos importantes com relação à sala de atendimento, como o balcão de atendimento, que se encontra em um local de difícil acesso, por conta de um degrau na porta de entrada, bem como a presença de muitos objetos mal localizados no espaço. A visibilidade do balcão é essencial, pois o mesmo é fonte de informação, e toda e qualquer pessoa tem o direito ao acesso do mesmo, bem como o direito de se sentir confortável e bem acolhida onde quer que esteja, mesmo em uma recepção.

e) Corredores:

Outro fator importante quando se fala de circulação de pessoas são os corredores, que dão acesso a praticamente todas as dependências da escola, e por este motivo, deve estar acessível, como qualquer outro espaço. De acordo com a análise realizada a partir do questionário infraestrutural, percebe-se que os corredores da escola têm objetos como bancos ou lixeiras mal localizados, dificultando a passagem de um cadeirante pelo local. A ABNT propõe algumas soluções, como a largura de um corredor (que deve ter no mínimo 1,20m), para que um cadeirante e um pedestre possam andar simultaneamente.

f) Bebedouro:



Percebe-se que a escola possui ao menos um bebedouro baixo o suficiente (90 cm de altura) para um cadeirante, sendo esta, a altura recomendada pela ABNT. Porém, o mesmo se encontra muito próximo a uma porta (à sua esquerda), podendo ser dificultada tanto a utilização do bebedouro, quanto a passagem de pessoas pela porta ao lado.

g) Escadas e rampas:

A escola possui mais de um andar, tendo este, acesso apenas pelas escadas. Embora não possamos afirmar que a mesma se encontra acessível, por impossibilidade de realizar as medições, a ABNT propõe que as escadas sejam largas, tendo degraus com tamanho confortável e piso antiderrapante. Sugere também, que haja piso tátil de alerta do início ao fim do caminho.

h) Corrimãos:

A escola não possui corrimãos nas escadas, único meio que dá acesso ao segundo andar, por estes motivos, um cadeirante ou qualquer pessoa com

limitações físicas não conseguirá, ou terá muita dificuldade para acessar o segundo piso da escola.

i) Salas de aula:

As salas de aula, certamente são os espaços mais frequentados pelos alunos, uma vez que passam a maior parte do tempo dentro delas. Por este motivo, as mesmas devem se encontrar acessíveis para qualquer pessoa, respeitando suas limitações, favorecendo seu aprendizado e inclusão. A escola não possui carteiras com dimensões que permitam a aproximação de um cadeirante, não tendo também, corredores com espaço suficiente para a circulação de cadeira de rodas.

j) Biblioteca:



O único espaço disponível para uso como biblioteca, fica ao lado do refeitório. O mesmo se encontra sem acessibilidade, uma vez que não possui mesas ou cadeiras para uso, estantes adequadas, baixas e bem localizadas, ou mesmo rampas para o acesso ao local.

k) Sanitários:



A escola possui apenas um banheiro com acessibilidade, sendo que este, localiza-se na quadra de esportes. Os demais, embora não possuam fotos, ou análise segundo o questionário infraestrutural, encontram-se sem acessibilidade alguma. Nota-se (pelas fotos tiradas no lugar, bem como pelo questionário) a presença de um sanitário acessível, com todos os equipamentos que um cadeirante necessita para utilização com autonomia. Porém, percebemos que nos fundos do banheiro, existem vários objetos mal localizados, atrapalhando o uso total do lugar.

l) Refeitório:



É essencial que toda e qualquer pessoa sinta-se confortável em um ambiente no qual irá se alimentar. Desde a circulação por entre o refeitório até o momento da alimentação, tudo deve estar devidamente acessível. Ao analisar as fotos, percebe-se que o refeitório não conta com acessibilidade em muitos pontos. Alguns deles são: as mesas não permitem a aproximação de um cadeirante por conta dos bancos em suas laterais, e não possuem espaço para a movimentação de pessoas.

m) Pátio:

A escola não possui foto do pátio, apenas o caminho até a porta da escola, que como anteriormente comentado, está inacessível, porém, podemos tomar como referência, o que a ABNT sugere para a adequação de um pátio, para que o mesmo torne-se acessível, são estas: caminho com pavimentação adequada ou escorregadia, caminho muito estreito ou com objetos mal localizados (como árvores, lixeiras ou bancos).

5.3 Análise Geral das Escolas Pesquisadas à Luz das Normas da ABNT

Após a análise das escolas visitadas com base em elementos de foto juntamente do questionário infraestrutural realizado pelo grupo durante a pesquisa, percebeu-se que, após a análise dos resultados obtidos, tornou-se necessário impor as normas que a ABNT propõe com relação à acessibilidade no espaço escolar, já que foi com base nestas que as informações puderam ser analisadas para que, posteriormente, resultados fossem obtidos. Com relação a tudo que foi analisado nas escolas, desde a entrada até as salas de aula, a ABNT impõe algumas normas e fornece sugestões para melhoramento do espaço escolar com relação à acessibilidade, que nesta pesquisa, teve foco nos deficientes físicos. As mesmas são aqui apresentadas.

- Do portão à porta da escola:

Alguns dos problemas mais comuns a todas as escolas visitadas, foram: o caminho encontra-se sem pavimentação adequada, com piso escorregadio, desníveis,

buracos, objetos mal localizados ou mesmo, ausência de cobertura no percurso até a porta da escola. Segundo a ABNT, o trajeto que leva as pessoas do portão à porta da escola deve conter um caminho para os pedestres bem pavimentado, com piso antiderrapante e regular, favorecendo sua entrada. Não devem existir objetos mal localizados ao longo do percurso, além de ter a porta de entrada visível do portão da escola. Devem existir rampas para vencer desníveis ao longo do caminho, favorecendo a entrada de uma pessoa com deficiência física.

- Rampas nas portas e degraus:

Segundo o questionário infraestrutural realizado durante as visitas às escolas, nem todos os espaços contam com rampas de acesso nas portas, apenas degraus. Segundo as normas da ABNT, em edificações existentes, quando a construção de rampas nas larguras indicadas ou a adaptação da largura das rampas for impraticável ou inviável, elas podem ser executadas com largura mínima de 0,90m. Podemos usar esta norma aplicando-a a rampas nas portas e degraus das escolas, já que “A largura livre mínima recomendável para as rampas em rotas acessíveis é de 1,50 m, sendo o mínimo admissível de 1,20 m” (ABNT, 2015).

- Vagas de estacionamento para pessoas com deficiência física:

Sabe-se que estacionamentos são locais muito importantes, pois muitos deficientes físicos dependem de transporte, e é de extrema importância que os mesmos se encontrem adequados para receberem um deficiente físico. Todas as escolas visitadas possuíam estacionamento com pavimentação irregular, desníveis, ou, em alguns casos, o mesmo se encontrava junto da entrada de pedestres. Segundo a ABNT (2015), “as vagas de estacionamento devem estar vinculadas à rotas acessíveis que as interliguem aos polos de atração; estar localizadas de forma a evitar a circulação entre veículos; ter piso regular e estável”. Também segundo a mesma (ABNT, 2004), as vagas devem possuir sinalização horizontal. Para a quantidade de vagas de estacionamento para pessoas com deficiência, a CONTRAN nos diz que: “a vaga especial é um direito assegurado por Lei Federal com uso regulamentado por Resolução do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), que

determina que 5% do total de vagas do estacionamento regulamentado sejam destinadas a idosos e 2% a portadores de deficiência”.

É importante lembrar que tais Leis Federais são: Lei 10.048 e Lei 10.098, ambas do ano de 2000, regulamentadas pelo Decreto Federal no 5.296/2004.

- Recepção:

Nenhuma escola possui recepção acessível, conforme as normas da ABNT, já que alguns dos problemas mais comuns encontrados nas mesmas, são: espaço pouco amplo ou com obstáculos, objetos mal localizados, ausência de espaço para pessoa cadeirante ou degraus. Segundo a ABNT, estes espaços devem conter balcão visível, sendo que este deve possuir duas alturas, circulação livre de obstáculos, espaço de espera para pessoa com cadeira de rodas e ambientes identificados com letras grandes e legíveis. Segundo o Caderno de Especificação de Mobiliário da Universidade Federal de Minas Gerais, os autores Glaucinei Rodrigues Corrêa e Matheus Tymburibá Elian (2011), o balcão de atendimento deve possuir 1100 mm de altura e 1800 mm de comprimento, sendo que estas medidas podem ser variáveis de acordo com a necessidade.

- Corredores:

Corredores são locais importantes da planta da escola, já que os mesmos dão acesso a diversos lugares da escola, devendo estar acessíveis a qualquer pessoa. Das escolas analisadas, sabe-se, por análise do questionário infraestrutural e de fotos tiradas nos locais, que os corredores não se encontravam acessíveis, pois mesmo os mais regulares possuíam problemas a serem resolvidos. Alguns dos problemas encontrados foram a ausência de rampas de acesso às salas de aula ou objetos mal localizados, como lixeiras ou bancos. De acordo com a ABNT, um corredor acessível deve possuir ao menos 1,50m de largura de espaço livre em locais públicos para a locomoção de um cadeirante, mas de acordo com o fluxo de pessoas, este valor pode se alterar. Deve conter reentrâncias nas paredes para abrigar bebedouros ou outros equipamentos, bem como possuir piso antiderrapante e em boas condições para circulação e placas indicando direções importantes.

- Bebedouros:

Durante a pesquisa, percebeu-se que a grande maioria dos bebedouros nas escolas visitadas não encontram-se acessíveis, uma vez que foram encontrados problemas como: bebedouros não estavam funcionando, mesmo possuindo altura adequada para um cadeirante, localização em local com desnível, muitos não possuíam duas alturas ou localizavam-se em espaços de difícil locomoção. Segundo as normas da ABNT, um bebedouro deve possuir altura de 0,73m, para alcance de um cadeirante, bem como a aproximação do mesmo, localizar-se em lugares onde não há a interferência de outros objetos e possuir duas alturas.

- Escadas e rampas:

Ao analisar as fotos e o questionário infraestrutural, percebe-se que algumas escolas possuem mais de um andar, porém, não possuem rampas de acesso ao mesmo. Um problema muito comum encontrado em escolas que possuem rampas de acesso ao segundo piso foi a ausência de pavimentação adequada, ponto importante para a chegada, com autonomia, de um cadeirante ou demais pessoas com deficiência física a este lugar.

Segundo a ABNT, são consideradas rampas as superfícies de piso com declividade igual ou superior a 5%. Para garantir que uma rampa é acessível, são definidos alguns limites máximos de inclinação, que são dados a partir da seguinte fórmula:

$$i = \frac{h \times 100}{C}$$

Onde:

i é a inclinação, expressa em porcentagem (%);

h é a altura do desnível;

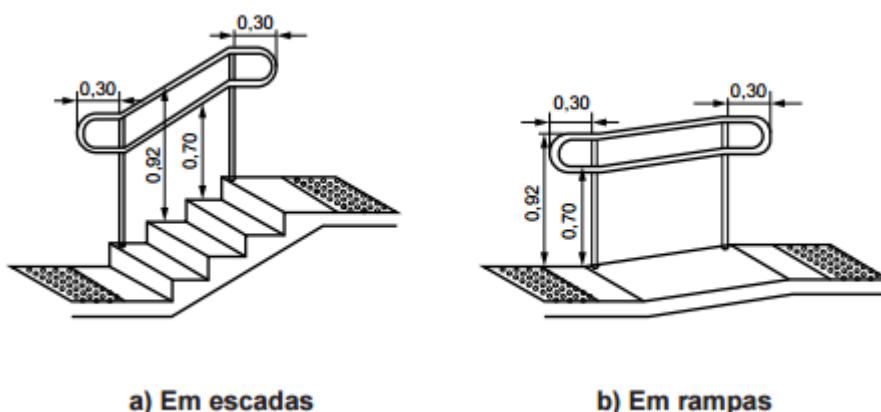
c é o comprimento da projeção horizontal.

Vale lembrar que para cada altura, existem limites máximos de inclinação que pode haver no local, sendo eles, também definidos pela ABNT. A largura das rampas (L) deve ser estabelecida de acordo com o fluxo de pessoas. A largura livre mínima recomendável para as rampas em rotas acessíveis é de 1,50m, sendo o mínimo admissível de 1,20m, lembrando que toda rampa deve possuir corrimão de duas alturas em cada lado.

- Corrimãos:

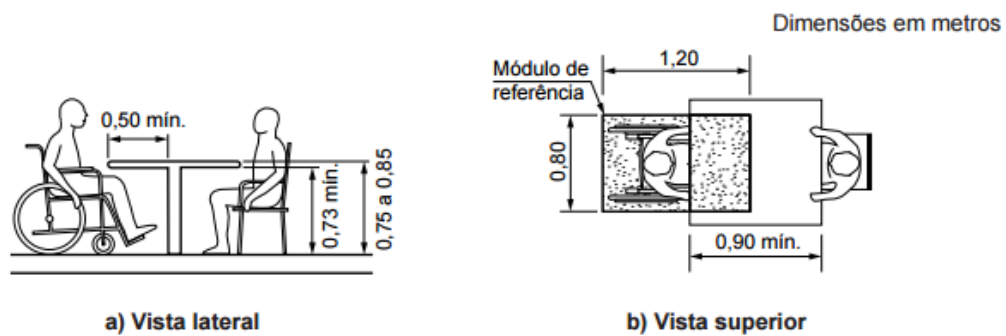
Corrimãos são ferramentas essenciais para garantir a autonomia de pessoas com deficiência física em diversos lugares, inclusive na escola. Não são importantes apenas junto das rampas, mas também em escadas. Porém, a pesquisa se foca mais nas rampas, já que são muito importantes para deficientes físicos. Algumas das escolas pesquisadas apresentaram ausência de corrimãos em rampas, bem como a falta de duas alturas, quando eles existem. Além disso, os corrimãos laterais devem ser contínuos, sem interrupção nos patamares de escadas e rampas. Segundo a ABNT, “os corrimãos podem ser acoplados aos guarda-corpos e devem ser construídos com materiais rígidos. Devem ser firmemente fixados às paredes ou às barras de suporte, garantindo condições seguras de utilização (ABNT, 2015, p. 63)”.

Uma imagem ilustra as dimensões de um corrimão para que o mesmo encontre-se adequado contendo, para rampas, 0,70m de altura até o corrimão mais baixo e 0,92m até o corrimão mais alto, sendo que a distância do corrimão com a barra de apoio na vertical deve ser de pelo menos 30cm.



- Salas de aula:

As salas de aula são, provavelmente, os espaços mais frequentados por qualquer aluno, uma vez que passa a maior parte do tempo dentro dela. Por este motivo, assim como demais outros lugares, as salas de aula devem encontrar-se totalmente acessíveis para receberem e comportarem um aluno deficiente físico. Alguns dos problemas mais comuns encontrados nas salas de aula das escolas visitadas foram: a ausência de carteiras com dimensões que permitam a aproximação de um cadeirante, ausência de rampas nas portas das salas de aula de algumas escolas ou espaço muito pequeno entre as carteiras e corredores. Uma sala de aula acessível, deve possuir mesas adequadas para aproximação de um cadeirante, tendo as seguintes dimensões: “As mesas ou superfícies de trabalho acessíveis devem possuir tampo com largura mínima de 0,90 m e altura entre 0,75 m e 0,85 m do piso acabado, assegurando-se largura livre mínima sob a superfície de 0,80 m (ABNT, 2015, p. 119)”.



Estas mesas devem se localizar em um corredor mais largo, sendo possível localizá-las em qualquer lugar da fileira. Este corredor deve ter no mínimo, segundo a ABNT (2015), 90cm de largura, já que é um corredor de uso comum, de normalmente até 4,00m de comprimento. Além disso, o quadro deve estar em altura acessível ao alcance de crianças menores ou cadeirantes.

- Biblioteca:

Bibliotecas são, sem dúvidas, lugares onde os alunos podem conseguir várias informações e histórias através de livros. Nenhuma das escolas visitadas durante a pesquisa tem uma biblioteca totalmente acessível, pois todas contam com problemas que podem e devem ser resolvidos. São eles: obstáculos no caminho, altura de estantes, e em uma escola em específico, não há sequer cadeiras para que os alunos possam ler o livro no local. Para a ABNT, uma biblioteca acessível deve contar com mesas que permitam a aproximação de uma cadeira de rodas, corredores largos entre as estantes, balcão de empréstimos acessível a todos, inclusive cadeirantes e crianças. Segundo a ABNT, uma mesa, para que seja acessível, deve possuir as mesmas dimensões citadas no item anterior (salas de aula).

- Sala de Vídeo

Apenas duas das escolas visitadas possuíam sala de vídeo. Pelos aspectos que foram levados em conta para verificar se essas salas se encontravam acessíveis, nenhuma um delas estava, já que possuía espaço amplo e corredores largos entre as cadeiras, mas não possuíam desníveis, que são essenciais para a boa visualização do palco. Uma sala de vídeo acessível, de acordo com a ABNT deve possuir espaço para um cadeirante se acomodar, assentos preferenciais devem se localizar próximos aos corredores de acesso, ter o piso em desnível, para facilitar a visualização do palco, existindo, também, rampa de acesso ao mesmo.

- Sanitários:

Sanitários, assim como qualquer outro espaço, são importantes para toda e qualquer pessoa em qualquer lugar, e por isso, devem se encontrar devidamente acessíveis de acordo com o que propõe a ABNT. Muitas das escolas não possuíam banheiros acessíveis a pessoas com deficiência física, ou quando estes existiam, não se encontravam devidamente acessíveis às mesmas, localizando-se, muitas vezes, em locais de difícil acesso. Um banheiro acessível deve contar com os seguintes aspectos: localizar-se em rotas acessíveis, com distância de no máximo 50m de qualquer ponto de uma edificação; Possuir entrada independente; Contar com pelo

menos 5% de banheiros acessíveis em cada pavimento em locais de uso público, um para cada sexo; O sanitário deve possuir barras de apoio; Pias que permitam a aproximação de um cadeirante e objetos que possam ser facilmente alcançados.

- Refeitório:

Percebe-se que, diante das análises, as escolas visitadas não possuem refeitórios acessíveis, uma vez que vários problemas encontrados são comuns a todas elas. Problemas como mesas que não permitem a aproximação de um cadeirante, corredores estreitos entre as mesmas, e objetos mal localizados foram os mais comuns encontrados. Sabe-se, porém, que um refeitório acessível de acordo com as normas da ABNT deve contar com mesas próximas ao balcão de distribuição de comida, tendo também, alturas confortáveis para pessoas com qualquer idade ou limitação física, como por exemplo, para um cadeirante (figura x). Devem possuir também, pavimentação adequada e corredores largos entre as mesas, sendo que estas devem permitir a aproximação de uma cadeira de rodas.

- Pátio:

Durante a análise das fotos e questionário infraestrutural, percebeu-se que nem todas as escolas possuíam pátios, e quando este existia, não se encontrava corretamente acessível, devido a pavimentação inadequada. Sabe-se, porém, que um pátio acessível deve possuir espaço amplo, bem pavimentado, com objetos bem localizados e rampas de acesso, quando necessário. O mesmo deve se encontrar longe do estacionamento.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa tomou por objetivo analisar as dificuldades enfrentadas pelas pessoas com algum tipo de deficiência física no âmbito escolar (estrutura física e recursos humanos), objetivo este que foi alcançado a medida que foram identificados os problemas mais comuns encontrados em escolas e analisados à luz da ABNT. As respostas obtidas a partir dos questionários, possibilitaram identificar problemas enfrentados por alunos de algumas das instituições pesquisadas. Para

reforçar as respostas dos mesmos, o questionário infraestrutural, previamente elaborado pelo grupo, possibilitou que as respostas se confirmassem, já que tinha por principal objetivo analisar aspectos físicos nas escolas, com embasamento teórico na ABNT. Quanto aos recursos humanos, notou-se que nem todos os profissionais encontravam-se devidamente preparados para receber e atender um aluno com deficiência física, sendo um dos principais motivos, a falta de informação por parte dos mesmos. No entanto, para provar a necessidade de um profissional de Atendimento Educacional Especializado (AEE), leis que regulamentam o assunto “acessibilidade” garantem e orientam sobre a necessidade dos mesmos atuando junto à pessoa com deficiência. Por estes motivos, foi possível identificar, analisar e discutir as dificuldades enfrentadas por alunos com deficiência física nas instituições de ensino que frequentam.

Para alcançarmos o objetivo de investigar as condições de acesso dos alunos deficientes às tecnologias e ao acesso a todos os espaços das escolas selecionadas para a pesquisa, foram realizadas visitas às escolas que se encaixaram nos critérios previamente estabelecidos pelo grupo, assim explicados na metodologia deste projeto. O objetivo foi alcançado, uma vez que após visitas às escolas, realização de questionário infraestrutural e entrevistas, com o auxílio de imagens e medidas, foi possível investigar e analisar as condições de acesso, onde por meio das análises podemos constatar que em sua maioria não são acessíveis para alunos deficientes físicos, como previsto nas normas da ABNT.

O objetivo de analisar o conhecimento do gestor quanto à deficiência na instituição que ele administra foi alcançado, pois entrevistas gravadas por áudio com os gestores de todas as escolas previamente selecionadas nos possibilitaram analisar o conhecimento por parte dos gestores acerca do assunto tratado. Com base neste objetivo, obtivemos uma divergência de resultados, pois houve gestores que não demonstraram conhecimento quanto a informações básicas referentes à acessibilidade e tecnologias assistivas já outros apresentavam o mínimo de conhecimento sobre o assunto, conforme visto nas análises de resultados das entrevistas.

Já o objetivo de descrever problemas quanto à acessibilidade do deficiente físico nas instituições de ensino investigadas, foi parcialmente alcançado, devido à

restrição das respostas de alguns participantes da pesquisa. Em um determinado caso, um aluno seria entrevistado para a coleta de dados, mas o mesmo não compareceu, impossibilitando a aplicação do questionário. Em primeiro plano, foi realizada a análise de cada escola separadamente, com relação à acessibilidade. Concluído isto, uma análise final, com base nas normas da ABNT, foi feita para uma visão mais ampla da situação das escolas selecionadas de Guaramirim. Contudo, vale ressaltar que nem todas as escolas possuíam alunos deficientes físicos, mas a pesquisa ocorreu também nestas, uma vez que era preciso saber se as mesmas estavam preparadas para receberem estes alunos.

Encontramos muitos problemas infraestruturais, em relação ao acesso do aluno deficiente físicos aos espaços comuns da escola e a restrição de alguns alunos entrevistados em responder nosso questionário, mas podemos constatar no questionário infraestrutural os empecilhos que os alunos enfrentam pela não adequação da escola as normas da ABNT, já em relação às escolas que não possuíam alunos deficientes físicos, percebemos que as mesmas não esperam receber alunos deficientes físicos e por esse mesmo motivo não estão devidamente acessíveis.

Quanto ao propósito de identificar e constatar o aumento da demanda de alunos deficientes físicos e averiguar o conhecimento do gestor acerca deste aumento através de entrevistas, foi alcançado, pois ao contarmos a Secretaria de Educação de Guaramirim para levantamento de dados com relação à demanda de alunos com deficiência física nas escolas, a mesma não nos forneceu dados suficientes com relação ao que havíamos solicitado. No entanto, por meio de um gestor de umas das escolas, o mesmo disponibilizou alguns dados, e por este motivo conseguimos chegar ao propósito, também por meio de entrevistas com o gestor onde incluía esta questão, foi possível constatar o conhecimento dos gestores acerca deste assunto, que geralmente é somente sobre sua própria escola, não tendo noção referente às esferas da demanda crescente municipal.

Uma das primeiras dificuldades encontradas foi a localização de muitas escolas, já que as mesmas não se localizavam na cidade na qual residimos. Por conta disso, o transporte também foi prejudicado, pois a dependência de

responsáveis para locomoção e tempo dos mesmos para nos transportar até os locais foi um obstáculo.

Um grande transtorno enfrentado foi em relação ao tempo e a comunicação, já que o grupo dependeu da disponibilidade das escolas para executar a pesquisa de campo. O tempo em algumas escolas foi restrito, dificultando a obtenção de imagens e medições dos espaços das escolas.

A disponibilidade das escolas em nos atender foi outro problema encontrado, pois elas tinham reuniões e demais compromissos, o que nos impediu de fazer a visita ao local. Em uma determinada escola, o bilhete com autorização para participação da pesquisa, que foi enviado para uma aluna com deficiência física, não retornou com a assinatura (permissão) no dia previsto, a mesmo que fomos ao local fazer a entrevista. Por este motivo, a data foi adiada para que pudéssemos realizar a entrevista.

Uma das hipóteses elencadas no projeto de pesquisa, que trata existência de leis que regulamentam a acessibilidade em espaços públicos, mas que na prática não são aplicadas, foi confirmada, pois a partir do aprofundamento do grupo no assunto tratado, tendo como principal base as normas da ABNT, que especificam como são as condições de uso de um espaço público que seja acessível para deficientes, através das visitas nas escolas selecionadas, pudemos constatar que as leis que regem o assunto não são aplicadas na prática, pois visualizamos e comprovamos, com auxílio de imagens e medições, que a maioria das escolas participantes da pesquisa se encontram em um universo oposto do que as leis propõem.

Uma outra hipótese foi de que as escolas públicas são obrigadas a se adequar à infraestrutura requerida, mas não recebem verba exclusiva para se adequarem a elas. Essa hipótese se confirmou com o auxílio das entrevistas com os gestores, onde os mesmos afirmaram não receber a verba especialmente para a adequação, buscando assim, caminhos alternativos, como auxílios de verbas em projetos.

Hipótesamos ainda que os gestores não têm conhecimento acerca da Lei e dos equipamentos necessários para a inclusão e participação da pessoa com

deficiência física. Esta se confirmou ao percebermos que nas entrevistas, houve mudança no direcionamento das respostas dos gestores com relação às perguntas propostas, onde em um caso, o gestor achou necessário transferir sua entrevista a um colaborador que poderia ter maior conhecimento dos assuntos.

Outra hipótese assentada pelo grupo foi a de que os gestores não têm conhecimento da demanda crescente de alunos deficientes físicos e não esperam que um aluno deficiente físico se matricule na instituição. Mais uma confirmada, visto que se as escolas atuassem com uma política de inclusão, buscariam verbas de diferentes formas e trabalhariam com uma acessibilidade preventiva e não se ancorariam na certeza de que não há possibilidade de matrícula de pessoas com deficiência física, justificando a ausência de investimento em acessibilidade. Observou-se uma situação onde a escola não aceitou a visita, por alegar que era de pequeno porte, e por isso nunca receberia alunos com deficiência.

Uma de nossas hipóteses diz respeito à entrada da escola, supondo que a mesma não facilita a chegada do aluno à instituição. Essa hipótese foi confirmada a partir da análise da entrada das escolas participantes da pesquisa, onde encontramos muitos obstáculos em sua estrutura, contendo escadas, rampas muito inclinadas e pavimentação inadequada que comprometem a mobilidade do deficiente físico.

Acreditamos que a pesquisa tenha expressão na comunidade científica quanto a acessibilidade e que possamos provocar uma reflexão quanto às dificuldades que o deficiente físico encontra no âmbito escolar ou em qualquer espaço público, e que possa haver maiores esforços para o investimento na qualidade de vida deste cidadão.

Para conclusão dos resultados obtidos durante a pesquisa e análises, observa-se que as escolas pesquisadas de Guaramirim não se encontram devidamente preparadas nos aspectos físicos, de acordo com as normas da ABNT, para receberem ou acolherem alunos com deficiência física, uma vez que após a realização de pesquisas baseadas em legislações que regulamentam a matéria “acessibilidade, como as Leis 10.048 e 10.098, bem como, usando como base a ABNT, pudemos comprovar isto. Outro resultado obtido é o de que alguns gestores das escolas pesquisadas não têm conhecimento das normas propostas pela ABNT,

nem do termo “tecnologia assistiva”, ambos essenciais para que os gestores dessas instituições possam realizar a inclusão dos alunos deficientes físicos no meio escolar.

O projeto “Conectando os Saberes” nos proporcionou grandes experiências, fazendo um amadurecimento de nossos olhares para a importância da pesquisa científica. Por meio das visitas nas escolas, podemos constatar a real situação que pessoas com deficiência física enfrentam pela falta de acessibilidade, o projeto despertou em nós a revolta e a inquietação, dando um novo olhar aos “simples” problemas cotidianos que estas pessoas enfrentam quanto a infraestrutura do espaço público, que muitas vezes passam despercebidos pela maioria. Trazendo autonomia ao grupo para discussão e não nos calarmos diante de uma eventual situação de injustiça ou dificuldade que possamos ver no dia a dia referente à acessibilidade.

Fizemos então o aprimoramento de nossos conhecimentos não só referente à acessibilidade, mas também quanto às leis que embarcam esse assunto, conhecimento sobre a produção de ciência, o amadurecimento quanto e a sua escrita em geral.

7 REFERÊNCIAS

ABNT, **Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro, RJ. 2015. Disponível em: <http://www.ufpb.br/cia/contents/manuais/abnt-nbr9050-edicao-2015.pdf> Acessado em nov/2017.

AGUIAR, Vandelson Lima. **A escola pública e o dilema da falta de acessibilidade: as barreiras arquitetônicas na Escola Centro Educacional Raimundo Pereira – CERP**. 2014. 50f. Monografia de especialização em Acessibilidade Cultural - Faculdade de Medicina. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

ARANHA, M. S. F. **Educação inclusiva: a fundamentação filosófica**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2004.

BENEVENUTTI, Felipe Zanghelini; et al. **A Infraestrutura para Acessibilidade de Cadeirantes nas Escolas Públicas de Jaraguá Do Sul**. Conectando Saberes - IFSC, Jaraguá do Sul, 2013.

BERSCH, Rita. **Introdução à Tecnologia Assistiva**. 2008. Disponível em: http://soplaar.com/material_individual/pdf/144S832O4P507L538A401R111.pdf. Acessado em: set/2016.

BERTUOL, Claci Lima. Breve histórico da Inclusão Escolar. 2015. Disponível em: <http://construindosaberessignificativos.blogspot.com.br/2011/11/breve-historico-dainc-lusao-escolar.html>. Acesso em: 30/10/2016.

BRASIL. **Decreto n.º 5296, de 02 de dezembro de 2004**. Dispões sobre a Lei de Acessibilidade - Disponível em: http://www.acessibilidadebrasil.org.br/versao_anterior/index.php?itemid=43. Acessado em: set/2016.

BRASIL. **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acessado em: nov/2016.

BRASIL. **Lei nº 10.098, de 09 de dezembro de 2000**. Dispõe sobre normas e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadores de deficiência ou mobilidade reduzida. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098.htm. Acessado em: set/2016.

BRASIL. **LEI Nº 10.048, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2000**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10048.htm. Acesso em 1/11/2016.

BRASIL. **LEI Nº 10.098, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098.htm. Acesso em 1/11/2016.

BRASIL. **Lei n.º 13.146, de 06 de julho de 2015**. Dispõe sobre a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em 20/10/2016.

BURITI, Leudo, **Artigo: acessibilidade, direito necessário**. 2009. Disponível em: <http://gentedeopiniaio.com.br/noticia/artigo-acessibilidade-direito-necessario/51837>. Acesso em 20/10/2016.

CARVALHO, Joyce. **Deficiência não é sinônimo de ineficiência**. Set/2008. Disponível em: <http://www.planetaeducacao.com.br/portal/artigo.asp?artigo=1257>. Acessado em: set/2016.

CASTRO, Fernando Gonçalves de. **Guia prático de acessibilidade**. Disponível em: <http://www.mpsp.mp.br/portal/pge/portal/Cartilhas/GuiaPraticoDeAcessibilidade.pdf>. Acessado em: maio de 2017.

COOK,

CORRÊA, Glaucei Rodrigues. **Caderno de especificação de imobiliário**. Nov/2011. Disponível em: https://www.ufmg.br/dpfp/CADERNO_FINAL.pdf Acessado em: nov/2017

CORREIA, Luís de Miranda. **Educação especial e inclusão: quem disser que uma sobrevive sem a outra não está no seu perfeito juízo**. 2ª Ed. São Paulo. Porto Editora, 2003.

COSTA, Cynthia. **Inclusão: deficiência física**. 2013. Disponível em: <http://educarparacrescer.abril.com.br/comportamento/inclusao-cadeirante-755487.sh.tml>. Acesso em: 30/10/2016.

DEFICIENTE ONLINE. **Acessibilidade: adaptações para pessoas com deficiência física**. 2015 Disponível em: http://www.deficienteonline.com.br/principais-adaptacoes-para-pessoas-com-deficiencia-fisica_8.html. Acessado em: maio de 2017.

FERNANDES, Lorena Barolo; et al. **Breve histórico da deficiência e seus paradigmas**, 2011. Disponível em: http://www.fap.pr.gov.br/arquivos/File/extensao/Arquivos2011/NEPIM/NEPIM_Volume_02/Art08_NEPIM_Vol02_BreveHistoricoDeficiencia.pdf. Acessado em set/2016.

GIL, Marta. **A legislação federal brasileira e a educação de alunos com deficiência**. Disponível em: <http://diversa.org.br/artigos/a-legislacao-federal-brasileira-e-a-educacao-de-alunos-com-deficiencia/>. Acessado em: out/2016.

GONÇALVES, Jessica Carolina Cardoso; et al. **Educação Especial: Um direito de todos**. 30/10/2015.

GUEDES, Maristela. **Importância do Segundo Professor**, 3 de abril de 2014. Disponível em: <http://mariguedes.blogspot.com.br/2014/04/importancia-do-segundoprofessor.html>. Acessado em: out/2016.

Instituto Brasileiro dos Direitos da Pessoa com Deficiência. **Regras de acessibilidade ao meio físico para deficientes.** Disponível em: <http://www.ibdd.org.br/arquivos/acesibilidade.pdf>. Acessado em: maio de 2017.

MANZINI, Eduardo José. **Portal de ajudas técnicas para educação: equipamento e material pedagógico especial para educação, capacitação e recreação da pessoa com deficiência física:** recursos para comunicação alternativa. 2. ed. Brasília: MEC, SEESP, 2006.

MARIANO, Monaliza Ribeiro. **Repercussão de políticas públicas inclusivas segundo análise das pessoas com deficiência.** Escola Anna Nery Revista de Enfermagem, Jul/Set, 2015.

MATTOS, Sheyla; GONZALEZ, Nena. **O que é acessibilidade.** Disponível em: http://www.novoser.org.br/instit_info_aces.htm. Acessado em: 31/10/2016.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, **Manual de acessibilidade espacial para escolas.** Brasília, 2009. Disponível em: http://www.mp.go.gov.br/portalweb/hp/41/docs/manual_escolas_deficientes.pdf.pdf. Acessado em: maio de 2017.

MONTEIRO, Tuca. **Inclinações do Passeio.** São Caetano do Sul, SP. 05/2010. Disponível em: <http://incluase.blogspot.com.br/2009/04/inclinacoes-do-passeio.html>. Acessado em out/2017.

NAAUNG. **Mapa de eliminação de barreiras arquitetônicas.** Disponível em: http://www.ung.br/extensao_naaung_mapa.php. Acessado em: out/2016.

Ordem dos Advogados do Brasil - Secção de São Paulo (OAB/SP). **Guia dos direitos das pessoas com deficiência/ Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).** 2. ed. São Paulo : FIESP/OAB,SP, 2007.

PAULINO, Marcos Moreira; SANTOS, Mônica Pereira dos. **Inclusão em educação: culturas, políticas e práticas.** 2. ed. São Paulo : Cortez, 2008.

PEREIRA, Marilú Mourão. **Inclusão Escola**: Um desafio entre o ideal e o real. Fisioterapeuta – FADERS. 2008. Disponível em: <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/pedagogia/inclusao-escolar-um-desafio-entre-o-ideal-e-o-real/2284>. Acessado em: set/2016.

SARTORETTO, Mara Lúcia; BERSCH, Rita. **Assistiva**: tecnologia e educação. 2017. Disponível em: <http://www.assistiva.com.br/tassistiva.html>. Acessado em: out/2016.

SEESP/MEC. **Saberes e Práticas da Inclusão**: desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais de alunos com deficiência físico/neuromotora. [2. ed.]/ coordenação geral SEESP/MEC - Secretaria de Educação Especial, Brasília, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/alunosdeficienciafisica.pdf>. Acessado em set/16.

SERRA, Dayse. **Inclusão em educação**: Culturas, Políticas e Práticas. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SILVEIRA, Denise Tolfo; GERHARDT, Tatiana Engel. **Métodos de Pesquisa**. 1ª Ed. Porto Alegre, UFRGS, 2009, p.33. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Acessado em: nov/2016.

TEFIL, **Resumo**: leis e normas da acessibilidade, São Paulo (Brasil), 2012. Disponível em: <http://www.tefilfiltrosdeagua.com.br/acessibilidade.html>. Acessado em: maio de 2017.

TORRES, Vanthauze Marques Freire; VIEIRA, Sandra Conceição Maria. **Qualidade de vida em adolescentes com deficiência**. Rev. CEFAC, vol. 16, São Paulo, 2014; Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151618462014000601953&lang=pt. Acessado em: out/2016.

8 ANEXOS

8.1 Carta de solicitação de documentos para pesquisa



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DE SANTA CATARINA

Carta de solicitação de documento para pesquisa

Venho por meio desta solicitar à esta Secretaria de Educação a autorização para o acesso as Escolas Públicas Municipais e Estaduais de Guaramirim para fins de pesquisa científica promovida pelo Programa Conectando Saberes, do curso Integrado em Química do Instituto Federal de Santa Catarina - IFSC-Jaraguá do Sul. Os orientandos listados abaixo, têm trabalhado em um projeto de pesquisa que tem por objetivo analisar as condições de acessibilidade em espaços escolares para pessoas com deficiência física, na cidade de Guaramirim.

Aline Cristina Pellis

Arthur Delmiro Lourenço

Carolina Helena Krieser

Gabrielle Silvatti

Gabrielli Bilck

Nayane Cristina Deuher

Contando com sua colaboração, desde já agradeço.

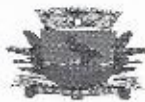
Jaraguá do Sul, 20 de fevereiro de 2017.



Prof.ª Dr.ª Veridiane Pinto Ribeiro

Orientadora

8.2 Autorização para a pesquisa emitida pela Secretaria Municipal de Educação (Guaramirim)



PREFEITURA DE
GUARAMIRIM
Secretaria de Educação

Guaramirim, 23 de fevereiro de 2017.

Ofício Nº 013/2017

Ilmo(a). Sr(a).

Diretor(a) de Escola e Professor(a) Responsável

Prezado(a) Senhor(a),

Vimos por meio deste autorizar **pesquisadores do Instituto Federal de Santa Catarina, IFSC**, a fazer contato e/ou visitar as unidades escolares para desenvolver uma pesquisa científica, conforme Carta de Solicitação. Vale ressaltar que cada diretor(a) ou responsável tem autonomia para proceder nas decisões.

Atenciosamente,

Mátia Prusse Rebelato
Secretária Municipal de Educação

8.3 Autorização para a pesquisa emitida pela Secretaria Estadual de Educação



ESTADO DE SANTA CATARINA
AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO
JARAGUÁ DO SUL - SC

Ofício nº 68/17/Ens.
Jaraguá do Sul/SC, 03 de março de 2017.

AUTORIZAÇÃO

Autorizamos os alunos especificados na "Carta de Solicitação de Pesquisa" em anexos, para promoverem nas Escolas Estaduais de Guaramirim a pesquisa científica pelo Programa "Conectando Saberes" do Curso de Química do IFSC.

A presente pesquisa tem como objetivo analisar as condições de acessibilidade em espaços escolares para pessoas com deficiência física.

Sem mais para o momento.


Reginaldo Pires de Lima
Supervisor de Gestão da Rede
ADR/GERED - Jaraguá do Sul

Reginaldo Pires de Lima
Supervisor de Rede
Matrícula: 277.451-8-07

9 APÊNDICES

9.1 Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE)

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário, em uma pesquisa. Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa você não será penalizado(a) de forma alguma.

Trata-se de um projeto de pesquisa científica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, Campus Jaraguá do Sul (centro), do curso Técnico em Química (modalidade integrado), pela matriz curricular Conectando os Saberes, que tem por objetivo iniciar os estudantes à pesquisa científica.

A pesquisa tem por tema “Acessibilidade infraestrutural para pessoas com deficiência física nas escolas públicas de ensino fundamental e médio de Guaramirim”, tendo como objetivo principal analisar as dificuldades enfrentadas pelas pessoas com algum tipo de deficiência física no âmbito escolar.

Para a pesquisa, será realizada aplicação de questionários (aluno com deficiência física e segundo professor), entrevista (gestor) e será realizada a análise da coleta de dados de imagens, ou seja, durante as visitas nas escolas, fotografaremos o ambiente interno e externo do da escola. As fotografias serão analisadas de acordo com as normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), não serão divulgadas no projeto, apenas usadas como instrumento de análise para a tabulação de dados, mas poderão ser usadas na apresentação do projeto, sem identificação. Todos os dados obtidos na pesquisa serão analisados e tabelados, em seguida, descreveremos os dados obtidos através um texto explicativo e comparativo de todas as informações.

A pesquisa trará benefícios à sociedade, haja visto que faremos uma devolutiva em forma de projeto escrito que terá todas as informações obtidas e serão entregues posteriormente a todos os participantes da pesquisa.

Você terá garantido o sigilo de suas contribuições na pesquisa, estando ciente do direito de retirar o seu consentimento a qualquer momento, mesmo após a assinatura do mesmo, sem indicar motivos e sem devido a isso sofrer quaisquer tipos de desvantagens mediante comunicação simples por um dos contatos apresentados neste termo, sendo seus dados eliminados do corpus da pesquisa. Também estará ciente de que a participação na pesquisa não lhe assegurará remuneração.

Sua contribuição é de grande importância para o aprofundamento do conhecimento quanto à acessibilidade nas escolas do município de Guaramirim. Nomes dos Pesquisadores e assinaturas:

Aline Cristina Pellis _____
Arthur Delmiro Lourenço _____
Carolina Helena Krieser _____
Gabrielle Silvatti _____
Gabrielli Bilck _____
Nayane Cristina Deucher _____

CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO

Eu, _____,
RG _____, CPF _____ abaixo assinado, concordo em participar do presente estudo como sujeito. Fui devidamente informado e esclarecido sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve à qualquer penalidade ou interrupção de meu acompanhamento/assistência/tratamento.

Local e data: _____

Nome: _____

Assinatura do Sujeito ou Responsável:

Telefone para contato: _____

Pesquisador Responsável: Prof^a. Dr^a. Veridiane Pinto
Ribeiro Telefone para contato: 47 984808976 Assinatura do
responsável:

Pesquisadores Participantes e seus respectivos telefones:

Aline Cristina Pellis - 47 991961658

Arthur Delmiro Lourenço - 47 997037676

Carolina Helena Krieser - 47 996691143

Gabrielle Silvatti - 47 992044630

Gabrielli Bilck - 47 992368532

Nayane Cristina Deucher - 47 988252982

9.2 Questionário infraestrutural

Normas ABNT, aspectos físicos a serem observados:

a) Do portão à porta da escola:

() Caminho sem pavimentação e/ou pavimentação adequada;

() Caminho estreito; ()

Caminho com obstáculos; ()

Em condições.

b) Rampas nas portas e degraus:

() Em todos;

() Em alguns;

() Em nenhum.

c) Vagas de estacionamento para pessoas com deficiência:

() Existem vagas;

() Não existem vagas;

() Existem, mas muito longe da escola;

() Caminho até a porta da escola irregular ou sem pavimentação adequada; ()

Em condições.

d) Recepção/sala de atendimento:

() Balcão de atendimento muito longe ou difícil de encontrar;

() Móveis e equipamentos mal localizados;

() Telefones públicos fora do alcance de cadeirantes ou demais pessoas com deficiência física; () Em condições.

e) Corredores:

() Muito estreitos e/ou com obstáculos;

() Piso em desnível para cadeirantes, ou escorregadio;

() Corredores muito elevados e/ou sem grade de proteção;

() Maçanetas de difícil manuseio; ()

Em condições.

f) Bebedouro:

() Bebedouro muito alto para cadeirantes; ()

Em condições.

g) Escadas e rampas:

Escadas:

() Escadas muito estreitas;

() Degraus muito baixos, muito altos ou com piso escorregadio;

() Obstáculos nos patamares; ()

Em condições.

h) Rampas:

() Escola com mais de um andar sem rampas;

() Rampa muito estreita, ou com obstáculos nos patamares; Continuação

Rampas:

() Piso irregular ou escorregadio;

() Muito comprida, sem patamares de descanso (ou obstáculos nos patamares);

() Muito inclinada; ()

Em condições.

i) Corrimãos:

() Não existem corrimãos dos dois lados das escadas ou rampas;

() Sem parede ou grade de proteção;

() São muito baixos para crianças ou cadeirantes, ou ferem as mãos; ()

Em condições.

j) Salas de aula:

- () Cadeiras com dimensões que não permitem aproximação do cadeirante;
- () Corredor muito estreito entre carteiras, para passagem de um cadeirante;
- () Quadro muito alto para alcance de cadeirantes, ou pessoas com menos estatura;
- () Espaço muito estreito para manuseio de cadeira de rodas; ()

Em condições.

k) Biblioteca:

- () Mesa com obstáculos, ou que impeçam a aproximação da pessoa com cadeira de rodas (inclui balcão de empréstimos);
- () Sala da biblioteca muito pequena, ou com muitos móveis (obstáculos), que impeçam a passagem do cadeirante;
- () Corredores entre as estantes muito estreitos para cadeirantes;
- () Estantes muito altas para cadeirantes ou crianças; ()

Em condições.

l) Auditório:

- () Não há espaço suficiente nos corredores de acesso aos assentos para passagem de cadeira de rodas;
- () Não há espaço para cadeira de rodas entre os assentos;
- () Cadeiras destinadas a cadeirantes ou pessoas obesas se localizam em lugares sem visualização ou em solo não horizontal; () Não há rampas para cadeirantes no auditório;
- () Localização e dimensão das portas dificultam o acesso; ()

Em condições.

m) Sanitários:

- () Não existem sanitários (masculino e feminino) adequados para a pessoa com deficiência física;

() Sanitários acessíveis em lugares onde não é possível chegar com cadeira de rodas;

() Portas dos sanitários muito estreitas para cadeirantes;

() Espaço de circulação no sanitário muito estreito ou pequeno;

() Sem pias, privadas ou descargas em altura acessível;

() Pias ou balcões muito altos, sem encaixe para cadeira de rodas ou torneiras de difícil manuseio;

() Sem barras de apoio nos sanitários ()

Em condições.

n) Refeitório:

() Mesas comunitárias com cadeiras fixas, que impeçam a aproximação de cadeira de rodas;

() Mesas muito altas para cadeirantes;

() Mesas afastadas demais do balcão das refeições/balcões muito altos; ()

Espaço estreito entre as mesas para circulação de cadeira de rodas.

() Em condições.

o) Pátio:

() Pavimentação inadequada, com difícil circulação;

() Sem rampas de acesso a corredores próximos;

() Parques sem brinquedos adequados para crianças com algum tipo de deficiência física, ou perigosos para manuseio; () Em condições.

- Sim, não tenho dificuldade de chegar até a escola.
- Em parte, é acessível parcialmente, ainda tenho algumas poucas dificuldades para chegar até a escola,
- Em parte, é acessível parcialmente, mas ainda tenho grandes dificuldades de chegar até a escola.
- Não, o caminho até a escola não é acessível.

06- Como é o seu transporte até a escola? Você recebe algum auxílio público?

- Transporte público, com auxílio financeiro.
- Transporte público, sem auxílio financeiro.
- Transporte particular.
- Outro. Qual?

07- No geral, você acha a escola acessível estruturalmente (banheiro, estacionamento, pátio, refeitório, entrada)? Sim, tenho acessos a todos os lugares.

- Em parte, tenho dificuldade de acessibilidade em alguns ambientes, porém tenho acesso a quase todos.
- Em parte, tenho dificuldade de acessibilidade em alguns ambientes, porém tenho dificuldade de acesso a quase todos ambientes.
- Não, tenho acesso apenas a lugares essenciais e com significativa dificuldade.
- Não, não é acessível.

Como você acha que pode melhorar?

07- Você participa de todas as atividades propostas pela escola (educação física ou atividades extracurriculares)?

() Todas, sem exceção.

() Quase todas, há algumas atividades que não posso participar por falta de acessibilidade na escola,

() Quase nenhuma, raramente tenho acesso a todas atividades da escola.

() Nenhuma.

Por quê? (Caso a resposta seja “Nenhuma” ou “quase todas”)

O que poderia melhorar?

9.3.2 Segundo professor

01- O aluno com deficiência física tem o acesso a todas as partes da escola?

Todas Nenhuma A maioria Nem todas

Quais?

- Banheiros; Sala de aula;
 Biblioteca; Quadra de esportes;
 Refeitório; Pátio;
 Secretaria; Estacionamento

O que poderia melhorar?

02- Você acha que o aluno deficiente físico tem a mesma participação no aprendizado que os demais?

- Sim, tem uma aprendizagem e participação igual aos demais alunos da escola.
 Em parte, há algumas atividades que o aluno deficiente é prejudicado.
 Em parte, consegue participar de quase todas as atividades.
 Não, o aluno deficiente físico é quase sempre prejudicado na aprendizagem/participação devido a falta de acessibilidade.

Por quê?

03- O ambiente em torno da escola é acessível para o deficiente físico?

- Sim, é totalmente acessível;

Em parte, é bastante acessível;

Em parte, pouco acessível;

Não, não é acessível.

04- No geral, a escola é acessível estruturalmente (banheiro, estacionamento, pátio, refeitório, entrada)?

Sim, o aluno deficiente físico tem acessos a todos os lugares.

Em parte, o aluno tem dificuldade de acessibilidade em alguns ambientes, porém tem acesso a quase todos.

Em parte, o aluno tem dificuldade quase todos ambientes.

Não é acessível.

O que poderia melhorar?

05- Qual sua formação para atuar na área?

06- Quais tecnologias assistivas estão disponíveis na escola? Os alunos com deficiência física fazem uso delas?

Sim, muitas vezes.

Não, nunca.

Algumas vezes.

9.4 Roteiro de entrevista com o gestor

01- Há quanto tempo atua na educação?

- Menos de 5 anos.
- De 5 a 10 anos.
- Há mais de 10 anos.

02- Considera a sua escola uma instituição preparada para receber pessoas com deficiência física com base nas normas da ABNT?

- Sim, ela está totalmente de acordo com as normas da ABNT.
- Segue em partes as normas da ABNT.
- Não, a escola não está de acordo com as normas da ABNT.

03- Existem tecnologias assistivas disponíveis nesta instituição para os alunos com deficiência física?

- Sim, os alunos com deficiência física podem contar com todo tipo de tecnologia assistiva.
- Em parte, mas já há muito deste investimento na escola.
- Em parte, ainda há muito a ser investido.
- Não, ainda não temos nenhum investimento neste sentido.

04 – Se há tecnologias assistivas disponíveis na escola, poderia listá-las?

05 - A formação continuada para os professores da instituição envolve discussões a respeito da acessibilidade para pessoas com deficiência física? () Sim, há discussões com os professores acerca da acessibilidade;

() Em parte, o assunto não é muito discutido, mas procuramos trazer cada vez mais discussões sobre;

() Em parte, o assunto não é muito discutido entre os professores nesta instituição;

() Em parte, o assunto é discutido na sala de professores ou no intervalo; () Em parte, o assunto é discutido apenas na formação continuada; () Não, o assunto não é discutido entre os professores.

06 - O entorno escolar é acessível para o aluno deficiente físico?

() Sim, é totalmente acessível;

() Em parte, é bastante acessível;

() Em parte, pouco acessível; ()

Não, não é acessível.

07- Que medidas administrativas o gestor poderia tomar para viabilizar este acesso?

() Elaborando projetos relacionados à acessibilidade, para que, posteriormente, possam ser aplicados à escola;

() Pedindo auxílio da comunidade para adequação da acessibilidade na escola;

() Participando de editais relacionados à acessibilidade;

() Existem investimentos quanto à viabilização da escola.

08- Os espaços de uso comum aos alunos (como banheiro, quadra de esportes, salas de aula, corredores, refeitório, etc.) estão, na sua opinião, devidamente acessíveis aos alunos com deficiência física?

() Sim, todos esses espaços estão devidamente acessíveis;

() Em parte, poucos os espaços estão devidamente acessíveis;

() Em parte, quase todos estão devidamente acessíveis () Não, nenhum espaço está devidamente acessível.

09- Há uma demanda expressiva de alunos com deficiência física nas escolas de Guaramirim?

- () Não tem conhecimento da demanda de alunos;
- () Tem pouco conhecimento da demanda de alunos; () Tem total conhecimento da demanda de alunos.

10 - Quais as deficiências mais comuns nesta instituição?

- () Deficiência física; () Deficiência intelectual; () Deficiência auditiva; () Autismo.
- () Deficiência visual;

11- Há editais para provimento de verbas que financiam projetos com o intuito de viabilizar recursos para adequação e acessibilidade voltadas para pessoas com deficiência física? () Não há nenhum edital;

- () Não tem conhecimento se já houve algum;
- () A escola está inscrita em algum edital e sempre busca recursos por via de editais de financiamento;

12 - A escola recebe do poder público recursos financeiros exclusivos para adequação do espaço e acessibilidade? Com que frequência?

- () Não, não recebe.
- () Sim, recebe a cada ___ anos;